

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Discursos sobre indígenas proferidos pelo senador Mozarildo Cavalcanti 2001 / 2002

PATRIRelações Governamentais & Políticas Públicas

**DISCURSOS PROFERIDOS PELO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
NO ANO DE 2002****Pronunciamento Completo**

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 13/12/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que uma verdade, para ser completa e legítima, tem que ser fruto senão da unanimidade, pelo menos da maioria dos que estão envolvidos com o tema que aquela verdade pretende expressar. Um dos temas que tem sido dominante nessa questão de verdades ou meias-verdades no Brasil é a questão indígena. Lamentavelmente, os índios têm tido pouco espaço para se manifestarem e dizerem o que querem. Existem muitos procuradores de índios – aliás, procuradores sem procuração – que se organizam em instituições e, a partir daí, passam a falar pelos índios e a disseminar verdades incompletas e, muitas vezes, muitas mentiras. E isso está ocorrendo em meu Estado, Roraima.

Surpreendentemente, nas últimas décadas, as áreas pretendidas pela Funai para serem áreas indígenas, ou aquelas já delimitadas ou demarcadas ou até mesmo homologadas, juntas, correspondem a 57% da área territorial do meu Estado. Houve um aumento de mais de 1.500%, nas últimas décadas, no tamanho das reservas. E a população indígena do Estado representa 7% da população geral. Isso é um contra-senso, alguma coisa está equivocada nessa questão tão problemática que envolve, repito, interesses que não são os legítimos dos índios.

Não vou expressar apenas a minha opinião, que é legítima, assim como é legítima a dos que discordam da minha visão e a opinião de quem porventura discorde dessas duas visões. O que mais me admira é que o próprio Governo brasileiro tenha elegido em Roraima uma única organização para ser a representante dos índios no Estado, ignorando as outras existentes, que são várias. Realmente, desconfio dessa verdade que se apresenta na imprensa que só leva em consideração uma instituição que fala pelos índios e desconhece as outras, que são a maioria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixarei de emitir a minha opinião para ler o manifesto que recebi ontem, via **fax**, datado do dia 11 de dezembro e assinado pelos dirigentes de três entidades indígenas de Roraima, a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), a Arikom (Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima) e Alidcir (Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima):

Nós, índios da SODIUR (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), ARIKOM (Associação Regional Indígena dos Rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima) e ALIDCIR (Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima), vimos à nação brasileira manifestar a nossa insatisfação,

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

concernente ao prêmio dos direitos humanos que Sua Excelência, o senhor Presidente, entregará ao CIR [Conselho Indígena de Roraima]. Isto só acontecerá, porque o senhor presidente desconhece a realidade do quadro assolador desenvolvido pelo CIR, subsidiado pelas ONGs e Diocese de Roraima que sob a égide de defender os direitos humanos dos Índios os submergem a uma condição sub-humana.

Não vemos nenhum horizonte promissor para alcançarmos dignidade, exercermos nossa cidadania, e muito menos desfrutarmos dos direitos humanos. O CIR, que se diz defensor dos direitos humanos dos índios, luta diuturnamente para impedir a eletrificação rural nas comunidades indígenas, a abertura de estradas e vicinais, a implantação do Quartel do Exército, o sistema de comunicação telefônico, as infra-estruturas básicas necessárias ao desenvolvimento econômico em qualquer setor de produção.

Diante disso, só podemos concluir que pretendem nos privar do desenvolvimento científico, tecnológico e humanístico, menosprezando nossa capacidade racional, a fim de que sejamos objetos para quem as instituições governamentais ou não, criadas para defesa dos direitos humanos, possam fazer campanhas nacionais e internacionais para nos alimentarem e preservarem, mesmo que habitemos as regiões mais ricas, com potenciais agropecuários, minerais, turístico, eco-turístico e outras fontes econômicas fabulosas. Todavia, obcecados por ideologias dominantes estejamos passando por miséria e pobreza, dependendo de proteção como quaisquer outros animais irracionais, para mantermos vivo a nossa espécie. Não admitimos isso em nenhuma hipótese. Por isso esclarecemos, ao mesmo tempo, em que conclamamos a Nação brasileira para que nos auxilie na consolidação dos nossos ideais de desenvolvimento, fazendo valer o artigo 3º da Constituição Federal, para o bem-estar de todos. Que a área Raposa Serra do Sol não seja homologada em área contínua, mas que atenda aos interesses da população roraimense, índios e não índios. (*sic*)

Então, Sr. Presidente, veja que três entidades se posicionam contrárias a uma outra entidade indígena. Portanto, não se trata de uma questão intra-étnica. Não estamos discutindo se são os ditos brancos, os não-índios, contra os índios ou vice-versa. Trata-se, isso sim, de uma questão entre os próprios índios. Tenho chamado a atenção, desta tribuna, para esse conflito e hoje estou lendo um manifesto dos próprios índios.

E tem mais, Sr. Presidente. Os mesmos dirigentes dessas três entidades encaminharam o Manifesto Indígena de Roraima, ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, vazado nos seguintes termos – e faço questão de ler para que os telespectadores da **TV Senado**, os ouvintes da **Rádio Senado** e a Nação brasileira que nos assiste possam tomar conhecimento do outro lado da verdade; se é que o outro lado está com a verdade.

Presidente Lula,

Nós, abaixo-assinados da **SODIUR** – Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima, da **ALIDCIR** – Aliança e Desenvolvimento dos Índios de Roraima, da **ARIKOM** – Associação Regional dos Índios do Rio Kinô e do Monte Roraima, entidades regularmente constituídas e legalmente representantes da **maioria esmagadora** das comunidades indígenas dos lavrados (campos gerais) e serras do Estado de Roraima (72%), **mais uma vez** (com em outras inúmeras vezes) apresentamos o manifesto de nossas reivindicações **e a verdade** com relação à área indígena **RAPOSA - SERRA DO SOL**.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Repetimos mais uma vez (das inúmeras vezes que já dissemos) que não somos e não aceitamos ser considerados índios coitadinhos que não tem voz própria nem sabem o que querem.

**POR FAVOR, PRESTE ATENÇÃO NISTO, PRESIDENTE LULA !
É MUITO IMPORTANTE!**

Somos alfabetizados, eleitores, temos escola **na maioria das nossas comunidades**, temos tratores, caminhões **ou** caminhonetes, granja, **criamos** gado, **temos** antenas parabólicas, somos vereadores, vice-prefeitos, **até mesmo** Secretário de Estado em Roraima, cursamos Universidade **federal**, somos pastores evangélicos.

ACIMA DE TUDO, EXIGIMOS SERMOS VISTOS COMO CIDADÃOS! SOMOS BRASILEIROS COMO TODOS OS DEMAIS QUE EXISTEM!

ATÉ QUANDO SEREMOS TUTELADOS PELA FUNAI, E PORQUE?

Os antropólogos e sociólogos que tanto festejam por ser o brasileiro um povo **multi-racial e mestiço**, no caso de nós índios, manifestam, claramente, **um repúdio, um preconceito mal disfarçado**, impedindo, de todas as maneiras, que nos misturemos com o restante da população. **Para isso, usam os argumentos mais falsos, fingidos e completamente mentirosos.** (sic)

Sr. Presidente, estou lendo as palavras tais quais foram escritas pelos próprios signatários do documento.

(...)

Dizem eles que índio só pode casar com índia e vice-versa! A desculpa mais comum e absurda é que se acontecer mistura de raças, o índio perderá sua cultura. Por acaso, o japonês que vive no Brasil há mais de 60 anos deixou de comer sushi e de se sentir japonês? O brasileiro, no Japão, esqueceu o churrasco, a feijoada e o futebol? O sírio-libanês deixou de ser árabe no Brasil?

Porque então essa falsidade de que o índio não pode conhecer ou adotar outros costumes, andar vestido, conhecer outras comidas, ter instrução?

QUEREMOS FAZER PARTE DA RAÇA BRASILEIRA!

Antropólogos e sociólogos de mesa de bar **querem criar JARDINS ZOOLOGICOS HUMANOS** (como fizeram com nossos irmãos ianomâmis). Querem recriar no Brasil uma segregação racial, um apartheid indígena. Na verdade, esses supostos defensores de nossa causa têm é RAIVA DE NÓS, por isso querem nos manter absolutamente isolados de todos.

Por que isso? Índio não é gente?

Por que o índio tem de viver sempre tutelado e sem progresso?

Isso não é atitude cristã e nem mesmo democrática!

ÁREA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

AS NOSSAS PROPOSTAS

PRESIDENTE, JÁ REITERAMOS UMA INFINIDADE DE VEZES PARA O GOVERNO FEDERAL E REPETIMOS MAIS UMA VEZ QUE NÃO ACEITAMOS EM HIPÓTESE NENHUMA, QUE A ÁREA INDÍGENA NA RAPOSA SERRA DO SOL SEJA CONTÍNUA

ISSO NÃO É O DESEJO DA MAIORIA INDÍGENA

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Tem de prevalecer e ser respeitada o desejo da maioria, especialmente, num governo que se diz socialista e profundamente democrático.

No caso da Raposa Serra do Sol, maus brasileiros e maus índios, também, querem que prevaleça a VONTADE ÚNICA do CIR (Conselho Indígena de Roraima) e de seus associados que, além de serem minoria, é gente perversa, de más intenções para conosco, violentos, terroristas, ladrões e, por isso mesmo, de CONVIVÊNCIA PACÍFICA IMPOSSÍVEL .

NÃO ACEITAMOS DE NENHUMA MANEIRA fazer união com as comunidades contaminadas por esses vícios morais.

O CIR – Conselho Indígena de Roraima – aparece muito na imprensa e na TV, porque tem as costas quentes da FUNAI, da DIOCESE DE RORAIMA (que é da Teologia da Libertação), de ONGS ESTRANGEIRAS demasiado interessadas na internacionalização da Amazônia e dos tais inocentes úteis e outros não tão inocentes assim, instalados em vários órgãos do Governo, em Brasília.

PODE ACONTECER QUE O SENHOR PENSE QUE ESTAS PALAVRAS NÃO FORAM ESCRITAS POR NÓS, QUE NÃO SEJAMOS CAPAZES DE RACIOCINAR, MAS ISSO SERÁ APENAS MAIS UM LAMENTÁVEL PRECONCEITO, POIS O SENHOR E OUTROS NÃO NOS CONHECEM E NÃO PODEM JULGAR .

ÍNDIO É BURRO ? Não consegue aprender nada? Como é então que o MARCOS TERENA, indígena de Mato Grosso do Sul, é piloto de avião da Funai, tendo sido formado na Academia da Força Aérea? Como é que temos irmãos fazendo o 2º Grau e outros na Universidade Federal de Roraima fazendo Curso de MATEMÁTICA, e outros fazendo MEDICINA ANTROPOLOGIA, etc, em outras faculdades pelo Brasil afora e até no estrangeiro?

Como é que os xavantes de Mato Grosso são fazendeiros, grandes produtores de arroz e técnicos formados?

Como é que o prefeito de Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana na fronteira com Roraima sendo índio pemón, tem TRÊS FACULDADES : economia, administração e informática?

Ele é da mesma etnia dos nossos irmãos do lado brasileiro, na Serra do Sol, e que aqui são chamados ingaricó.

Temos ALERTADO constantemente, e alertamos novamente: **SE A ÁREA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL FOR DEMARCADA DE MODO CONTÍNUO, VAI HAVER UMA INEVITÁVEL GUERRA ENTRE NÓS. (sic)**

Repito para os que começaram a acompanhar o meu discurso a partir de agora que estou lendo um manifesto escrito pelos três representantes das entidades indígenas. Portanto, são palavras dos índios, cuja transcrição solicito à Mesa.

Prosseguindo:

(...)

Não será iniciada por nós. Vivemos constantemente ameaçados pela gente do CIR, porque não concordamos e repelimos as suas maldades, que são contra tudo e contra todos que não aceitem se dobrarem à vontade deles.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Uma guerra entre os índios hoje em dia não vai mais ser de aço e flecha. Somos pacíficos, mas o CIR interpreta isso como sendo covardia, mas não somos covardes.

Se nossas terras forem invadidas pela gente do CIR e se as ameaças de agressão e expulsão que recebemos constantemente se concretizarem, pode ter certeza de que um gigantesco e MUITO SANGRENTO conflito indígena vai acontecer em Roraima.

Os fazendeiros nunca ameaçaram os índios, mas os indígenas do CIR fazem isso contra os de sua própria raça, porque são insuflados, treinados e auxiliados por essa famigerada, inútil, comprometida e corrompida FUNAI, que está muito distante do ideário de RONDON, ele próprio um índio, filho de cruzamento de mãe índia e pai branco, lá em Mato Grosso, na região de Mimoso, próximo de Cuiabá.

Esse indígena RONDON era engenheiro militar e chegou a marechal, o senhor sabia disso? Ele também foi o fundador do SPI – Serviço de Proteção aos Índios, pois ninguém melhor do que ele sabia o que era ser índio e quais as suas necessidades. Por isso mesmo, no livro RONDON CONTA SUA VIDA ele afirmava que os indígenas "têm de ser levados para a comunhão nacional" (palavras textuais dele), o que vale dizer:

Os indígenas têm o direito de progredir, de não serem vistos como bichos-do-mato, têm o direito de se tornarem cidadãos produtivos para o País também.

Isso não é conversa fiada. Convém que o senhor se informe muito bem antes de tomar qualquer iniciativa e que essa questão se transforme num grande desastre em seu Governo. Estamos avisando isso para todos os governos há bastante tempo.

Não é verdade, nunca foi verdade que os índios de Roraima sejam unidos com o CIR. Essa união não existe.

Não aceitamos, não podemos aceitar, não queremos de maneira nenhuma que o CIR, NOSSO INIMIGO DECLARADO, comande as nossas vidas e nem que a Raposa-Serra do Sol seja feita de maneira contínua.

PRESIDENTE,

Sabemos muito bem do que falamos, pois todos nós, indígenas dos lavrados e das serras de Roraima, já fomos associados do CIR, sem nenhuma exceção, e éramos todos manipulados pela Igreja Católica. Acontece que quando os padres começaram a mandar que a gente roubasse o gado dos fazendeiros, invadissem as fazendas, depredassem as propriedades, nós vimos que isso era muito errado e era ato criminoso. Então, nos afastamos definitivamente do CIR - Conselho Indígena de Roraima - e dos padres.

Desde então, os padres e o CIR nos perseguem. Aqueles índios são totalmente dominados, incentivados, treinados, financiados pelos padres e praticam toda sorte de terrorismo contra nós, contra fazendeiros e contra agricultores.

O CIR E A DIOCESE DE RORAIMA SÃO COMO UM VÍRUS AIDÉTICO, ALASTRANDO O CRIME, O ÓDIO E AS MENTIRAS.

O QUE QUEREMOS ?

1. Demarcação em ILHAS.

Porque? Pelos fatos já enumerados e porque, desde há muito tempo, estamos tendo atritos, inclusive de morte, por causa da intransigência do CIR, que quer mandar em tudo e em todos. Não podemos aceitar e temos resistido até agora, de maneira pacífica. Não somos covardes, apenas pacíficos. MAS TUDO TEM LIMITE.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

A demarcação em ilhas colocará freio DEFINITIVO nas invasões que o CIR faz nas nossas terras e nas dos fazendeiros, ficando os limites das comunidades bem definidos.

Deverá existir uma demarcação administrativa entre todas as comunidades. **Não nos misturamos com gente do CIR.**

2. Municípios.

Porque? Havendo municípios, as comunidades não ficarão abandonadas, pois serão atendidas nos hospitais ou postos de saúde, podendo ainda conseguir transporte de ambulância ou aéreo, como hoje em dia acontece. Na sede dos municípios, serão encontradas as escolas de que necessitamos, já que em algumas delas a população é esmagadoramente indígena.

Nas sedes, poderemos encontrar ônibus ou outras conduções.

3. ESTRADAS.

Porque? Nós queremos e temos o direito de podermos caminhar por estradas. Há os que acham que nós só podemos e devemos caminhar por dentro do mato. Essas idéias retrógradas são as que mais dizem aqueles que aparecem como defensores da causa indígena, mas que são ou ignorantes ou mal intencionados, não querendo permitir que tenhamos progresso.

SOMOS A FAVOR DO PROGRESSO! O mundo não pode andar para trás!

4. ELETRIFICAÇÃO RURAL .

Porque? Justamente porque somos a favor do progresso. A energia possibilita conforto, comunicação. De que adianta cavar um poço fundo, cheio de água se não tivermos energia para ligar a bomba que vai puxar a água?

Não queremos ficar usando lamparinas cheias de fumaça a vida inteira, cansando a vista e os pulmões de noite, para estudar ou fazer qualquer coisa.

Queremos TV, liquidificador, máquina de lavar. Porque o índio não pode ter esses utensílios? Isso não é preconceito racial? Os que são contra isso querem conforto só para eles.

5. EDUCAÇÃO .

Porque? Temos necessidade de conhecimento. Gente ignorante não progride. Queremos progredir. Vemos até mesmo, nas comunidades dos brancos, que, sem instrução, todos passam dificuldades.

6. TRANSPORTE .

Porque? Sem transporte, como escoar nossos produtos? Temos milho em grande quantidade. Queremos plantar arroz e frutíferas. O transporte traz o progresso. Queremos o progresso.

7. VICINAIS .

Porque? Diversas comunidades associadas nossas não tem ligação fácil entre elas. Por isso, queremos a abertura de vicinais e pavimentação das rodovias principais;

8. AUTO-SUSTENTAÇÃO .

Porque? Queremos desenvolver projetos que utilizem as potencialidades de cada comunidade.

9. ECOTURISMO .

Porque? Tendo Roraima enorme potencial dessa especialidade de turismo, é mais do que natural utilizar essa vocação natural da região com inúmeros grandes e pequenas

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

cachoeiras, serras, campos naturais, paisagens lindíssimas e o próprio dia-a-dia das nossas comunidades, até hoje completamente desconhecidas dos turistas.

As comunidades indígenas da Venezuela praticam intensa atividade de ecoturismo HÁ MUITOS ANOS e com excelentes resultados. Os indígenas americanos fazem isso e até as comunidades esquimós no Alasca. Não há nenhum problema nessa atividade, ao contrário do que alardeia a Funai, para tentar impedir que o ecoturismo indígena se concretize.

10. GARIMPO E MINERAÇÃO .

Porque? Está previsto na Constituição de 1988 que o Presidente da República tem de demarcar áreas garimpeiras. Assim sendo, as comunidades indígenas tem todo o direito de explorarem, diretamente ou através de terceiros, essa atividade mineral. Somos mais do que conhecedores de comunidades indígenas estrangeiras o fazem com sucesso.

11. FMI .

Até o país obterá lucros com isso, pois não conseguimos entender como possuindo jazidas imensas dos mais variados minérios, o país nada explore e aumente sempre as suas dívidas com países estrangeiros, tendo meios para não precisar submeter-se à ditadura do FMI, podendo vir a ser uma verdadeira potencia econômica e financeira.

É um absurdo, uma incoerência, uma burrice mesmo não se aproveitar o imenso potencial mineral de Roraima.

12. ÁREAS PRODUTIVAS .

Porque? No geral, sempre houve convivência pacífica entre índios e os produtores de Roraima. Alguns fatos isolados foram e ainda são transformados mentirosamente pelo CIR, como se fossem acontecimentos freqüentes e costumeiros, apresentando a todos os fazendeiros como criminosos, e eles, gente do CIR, como anjinhos, coisa que nunca foram. Estão mais para demônios.

As lavouras de arroz são a única atividade agrícola de grande produtividade e sucesso em Roraima. Desejamos que essa atividade permaneça e que sejam feitos convênios com os fazendeiros para transferência de tecnologia. Seriam beneficiadas inúmeras comunidades não só com o conhecimento técnico, como pela renda financeira, melhorando as condições de vida das comunidades envolvidas.

REPETIMOS QUE NÃO SOMOS CONTRA O PROGRESSO. O CIR é que gosta do atraso, mas nós não fazemos parte dessa ignorância .

Queremos também, Presidente Lula, que, pelo menos uma única vez que seja, escutem a nossa palavra.

Todos que vem à Roraima só ouvem o CIR, e eles não representam a maioria , apenas tem bons contatos na TV e costas quentes na Funai e de muita gente que consideramos desconhecedoras da realidade que vivemos e dos graves problemas e conflitos que existem em Roraima.

SOMOS CONTRA:

- A - Práticas de terrorismo e roubo de gado, costumeiramente adotados pelo CIR.**
- B - Destruição do patrimônio público, como pontes, torres de telefonia, retransmissão de TV, grandes torres de transmissão elétrica, como o CIR costuma fazer.**
- C – Fechamento de estradas públicas, como o CIR faz.**
- D – Assalto a veículos com mercadorias, nas estradas, como o CIR já praticou.**

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

E – Constantes ameaças de invasão das sedes de municípios, como o CIR está habituado a fazer.

F - Roubo de gado dos fazendeiros, matar o gado, envenenar o gado, invadir fazendas e ameaçar aos fazendeiros, como o CIR faz.

Essa área raposa – Serra do sol, fica na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. Não podemos deixar o Brasil nas mãos de criminosos, sejam padres ou índios não Brasileiros. (*sic*)

Assinam Silvestre Leocádio da Silva, pela Sodiur; Anisio Pedrosa Lima, pela Alidcir, e Gilberto Macuxi, pela Arikom.

Sr. Presidente, vou até me eximir de fazer comentários sobre esses documentos, porque, por si só, eles mostram a gravidade do problema indígena de Roraima, que precisa ser analisado. Creio, inclusive, que esse é um caso de segurança nacional. O próprio Conselho de Defesa Nacional deveria tomar providências no que tange a esse assunto.

Trouxe um recorte do jornal **Brasil Norte**, tirado da internet, que diz:

RELATÓRIO ENTREGUE POR FHC A LULA DIZ QUE A AMAZÔNIA ESTÁ SOB AMEAÇA .

O estabelecimento de uma Frente Brasil, das FARC's [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] com grupamentos de elite – guerrilheiros experimentados em combate – com tarefa de manter abertas linhas de acesso a suprimentos, munições e refúgio na selva brasileira ... [friso: na selva brasileira!] foi detectado pelos serviços de inteligência militar. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, esse alerta consta no relatório entregue pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, cujo conteúdo também traz avisos de que a Amazônia está sob risco, mas a defesa dessa área é prioridade das Forças Armadas do Brasil, que já "povoaram" a região com mais de 23 mil militares.

Portanto, Sr. Presidente, é aquela história: não poderão, amanhã, me acusar de ter feito como aquele que viu e fez que não viu e, podendo falar, preferiu ficar calado.

Deixo, mais uma vez, um alerta com as palavras dos próprios índios em relação ao que está acontecendo no meu Estado, que é um ponto sensível da Amazônia brasileira.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal.)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 04/12/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, a minha comunicação diz respeito à movimentação que está sendo feita hoje no meu Estado de Roraima pelos produtores de arroz, pecuaristas, comerciantes, entidades de classe, inclusive estudantes, e entidades representativas das comunidades indígenas contra a pretensa demarcação da área indígena de Raposa Serra do Sol, como pretende fazer a Funai sob o comando do Conselho Indigenista de Roraima. Essa insistência na demarcação dessa área, de forma contínua, afastando moradores seculares, está dividindo não só a população índia dos não-índios, mas também a própria população indígena. Apenas uma entidade defende essa demarcação em área contínua, enquanto três outras entidades – Sodiur *, Alidicir * e Arecon* – são contrárias à demarcação em área contínua.

O Governo do Estado tem se pronunciado a respeito e já recorreu, inclusive, à Justiça. Tenho em mãos um mandado de segurança que, infelizmente, não foi acatado, pois, segundo o entendimento do Judiciário, não era a medida jurídica adequada ao caso. O Governador, tanto o anterior quanto o atual, os Parlamentares de Roraima, os diversos segmentos da sociedade roraimense e até mesmo os índios que lá residem, em sua maioria, não querem a demarcação que está sendo imposta de maneira ditatorial.

Já encaminhamos um apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Presidente da Funai. E, mais uma vez, preocupado com o assunto, eu o reitero, alertando para o clima de guerra que se está criando no meu Estado por causa dessa ameaça de que, por pressões internacionais, inclusive, essa área seja demarcada de forma contínua. Tenho certeza que o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, que até agora não fez tal demarcação, não o fará no apagar das luzes de seu governo, permitindo que se busque, com o novo governo, um entendimento, uma negociação favorável a todas as partes, a fim de que possamos ter, no Estado, uma convivência pacífica e não um **apartheid** étnico e até intra-étnico, isto é, dividindo índios de outros índios irmãos.

Portanto, quero registrar esse movimento que está sendo feito no meu Estado.

Muito obrigado.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 06/11/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, tive oportunidade, desta tribuna, de fazer referência ao documento apresentado pelo Presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a Amazônia.

Chamou-me a atenção, na conclusão do referido documento, o fato de que se fala muito sobre o que não se pode nem se deve fazer na Amazônia, mas não há realmente um plano, uma diretriz, sobre o que se deve e o que se pode fazer naquela e por aquela região e, conseqüentemente, pelo Brasil. Na verdade, nas últimas décadas proibiu-se extração de madeira, a exploração de mineral, a caça do jacaré, a construção de estradas e hidrelétricas. Enfim, tudo se tem feito no sentido de proibir, na Amazônia. Mas não existe plano no Governo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável, racional e inteligente da Amazônia e não há consideração para com os brasileiros que vivem naquela região, no sentido de dar-lhes um mínimo de segurança, justamente a eles que pagam um alto preço para viverem naquela região, defendendo aquela imensidão que representa sessenta por cento do nosso território nacional.

Pois bem, Sr. Presidente, como amazônida, como homem que nasceu, viveu a sua infância, teve que sair para estudar e voltou para lá a fim de trabalhar em benefício dos seus coirmãos – represento aquela região nesta Casa, depois de ter sido Deputado Federal Constituinte –, tenho lutado muito pelas teses de valorização do homem da Amazônia, seja ele índio ou não. No entanto, o que tenho visto nessas décadas – desde 1982, quando me elegi Deputado Federal pela primeira vez – é exatamente isto: leis e mais leis, portarias, decretos, sempre no sentido de se proibir na Amazônia. E tenho procurado adotar ações em favor da Amazônia, como autor, por exemplo, da proposta de emenda à Constituição a ser votada, em primeiro turno, na semana que vem neste Plenário, que destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e o IPI que é repassado pela União às instituições de ensino superior da Amazônia Legal.

Já que se fala tanto nos índios, que representam menos de 0,5% da população brasileira e que já detêm, como terras indígenas, 12% do território nacional, apresentei propostas em favor do índio e não da terra que se diz que é para o índio. Propus, por exemplo, que se estabelecesse uma quota para acesso às universidades federais, assim como se defende uma quota para os negros. Propus também uma quota para que os índios pudessem ter acesso ao serviço público, dando exatamente, repito, uma ação afirmativa em favor do índio. Apresentei, ainda, Sr. Presidente, uma proposta de emenda à Constituição, que esteve aqui já no quinto dia de discussão em primeiro turno, que visa estabelecer uma ordem na bagunça da demarcação de terras indígenas, da criação de reservas ecológicas, ambientais e de parques nacionais. Este País é realmente folclórico.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Com certeza, temos – somadas as áreas com diversos rótulos de preservação ambiental, reserva extrativista e reservas indígenas –, mais de 60% da área do Brasil sob o domínio da União. Portanto, os Estados têm constantemente suas terras seqüestradas pela União e não recebem nada como compensação, não tendo sequer o direito de chiar, porque o artigo da Constituição que trata da questão das reservas indígenas, ecológicas, ambientais não estabelece critérios.

Na proposta que apresentei e que estava no quinto dia de discussão quando foi retirada a pedido do Partido dos Trabalhadores, sugeri o seguinte: que o Senado seja ouvido no que tange à criação de reservas ecológicas, indígenas e outras, porque representamos os Estados, a Federação, e não há sentido no fato de que o Governo Federal, por meio de um decreto – como fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, há pouco tempo, ao seqüestrar no Amapá uma área enorme para formar o Parque Nacional do Tumucumaque –, possa agir sem que ninguém seja ouvido. Num ato imperial, para fazer pose em Johannesburgo, Sua Excelência fez isso. E aquela área, hoje, é federal. Ali a população do Amapá não pode ter nenhuma atividade que promova seu desenvolvimento. Estou propondo que esses atos sejam examinados pelo Senado Federal e passem pelo crivo dos Srs. Senadores que representam todos os Estados da Federação.

Propus isso de maneira muito equilibrada, sem viés ideológico e sem favorecer esta ou daquela categoria. O Senado, afinal, é composto por pessoas de todos os Partidos e de todos os vieses ideológicos. Propus, também, que essas áreas dos Estados destinados às reservas indígenas, ecológicas, ambientais, etc., atingissem, no máximo, o limite de 30% da área de cada Estado da Federação, o que, no final, representaria 30% da área do Brasil para esses fins.

Ora, se como reserva indígena já são menos de 0,5% da população brasileira em 12% do território nacional, um limite de 30% seria uma margem bem folgada. Mas o Relator da Proposta foi mais além: S. Ex^a estendeu esse limite para 50%. Portanto, a metade de cada Unidade da Federação poderia estar destinada a essas reservas ecológicas, ambientais, indígenas. Portanto, se todos os Estados atingissem esse máximo, significaria que metade do Brasil estaria destinada a esse fim.

Entendo que estão sendo estabelecidos limites e critérios lógicos, plausíveis, que precisamos realmente discutir. O adiamento da discussão para o dia 12 de dezembro pode ter realmente o objetivo de aprofundarmos esse debate, não obstante o fato de que essa matéria está em discussão na CCJ desde 1999. Portanto, houve tempo para discutir e aprofundar o problema. Estamos no final de 2002, e a proposta estava no seu quinto dia de discussão quando foi adiada para o dia 12 de dezembro, a pedido, repito, da Liderança do PT, e antecedida por um parecer de uma ONG, o Instituto Sócio-Ambiental, cujo parecer o Senador Eduardo Suplicy leu em plenário.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção para esse problema gravíssimo. No meu Estado, por exemplo, só as áreas indígenas demarcadas, homologadas ou pretendidas já superam em 57% o território do Amapá. E o que é mais interessante: das diversas instituições ou organizações indígenas lá existentes, só uma é ouvida pela Funai, só uma é ouvida pelo Ministério da Justiça, só uma tem, portanto, o direito de dizer o que é certo e o que é errado.

Sr. Presidente, passarei a ler dois documentos. Um deles refere-se a matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista**. É o seguinte:

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

"Uma comitiva formada por 23 lideranças indígenas da região do Baixo Cotingo está reunida para apresentar uma reivindicação através do Conselho Indigenista de Roraima..." Essa é justamente a única instituição que a Funai, o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal ouvem. Eles reivindicam que sejam retirados os arroteiros de uma área que é pretendida – não está demarcada – e que está **sub judice**, pois há uma decisão do STJ mandando suspender qualquer ação dentro desta área. A Funai, portanto, está avançando nessa área de maneira irresponsável e nomeou uma comissão para avaliar as benfeitorias dos moradores da região, sejam agricultores ou pecuaristas, num processo intimidatório, dando praticamente um ultimato.

Essas lideranças indígenas, comandadas pelo CIR estão justamente pedindo agora a retirada dos arroteiros. Roraima é um dos maiores produtores de arroz no que se refere à produtividade, e essa região é a mais produtiva. Agora, se de um lado o CIR diz isso, de outro lado, herei o que dizem as outras entidades indígenas, a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima e a Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima, cujo documento está assinado por 41 tuxauas e outras lideranças indígenas da região, portanto um número muito mais significativo do que o comandado pelo Conselho Indigenista de Roraima. No entanto, a Funai fica mouca no que tange a esse assunto, assim como o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal.

Lerei o documento para que fique registrado nos Anais do Senado e para que possamos, de maneira responsável, observar o que está sendo feito no meu Estado e na Amazônia: uma espécie de **apartheid** étnico e, agora, intra-étnico, uma vez que estão dividindo os índios de acordo com a entidade a que estão associados ou a religião que professam, porque o CIR é ligado à Igreja Católica e as outras duas entidades são ligadas à Igreja Evangélica. Vejam como estamos partindo para um **apartheid** intra-étnico, de índios contra índios.

Diz o documento assinado pelos índios:

Nós, abaixo-assinados, lideranças indígenas, membros da Sodiur e Alidcir, reunidos na Comunidade Indígena do Contão no dia 18 de setembro de 2002, após debater sobre o relatório concernente à ida de uma comissão de lideranças indígenas, lideradas pelo coordenador do CIR, Jaci José de Souza, decidimos apresentar a nossa posição em relação à homologação da área Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, quero aqui esclarecer ao Plenário, aos ouvintes da **Rádio Senado**, aos telespectadores da **TV Senado** e à Nação que, segundo velha tática, algo que se repete muitas vezes acaba se tornando uma verdade, embora seja uma mentira.

Quando se fala na área Raposa/Serra do Sol, parece que se trata de uma área pequena e que uma está perto da outra. Porém, são duas regiões completamente diferentes. A área da Raposa é de lavrado, como se fosse o nosso cerrado, em Brasília, e Serra do Sol, como o nome está dizendo, é uma área montanhosa, muito distante da região da Raposa. Continuarei a leitura do documento:

Somos favoráveis a que a área Raposa/Serra do Sol seja homologada de forma descontínua, com área para permanência e desenvolvimento dos Municípios de

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Normandia, Pacaraima e Uiramutã com suas respectivas áreas urbanas, com as Vilas do Mutum, Socó, Água Fria, Surumu, área de produção agrícola, a permanência do 6º Pelotão Especial de Fronteira no Município de Uiramutã, e a construção da sua pista de pouso na sede do Município.

Neste ponto, quero fazer um outro comentário, Sr. Presidente: a movimentação desse esquema de **apartheid** é tão grande que essa entidade, o CIR, tentou impedir a construção de um quartel do Exército brasileiro numa fronteira delicada do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, sob a alegação de que a presença do Exército ali iria tumultuar a vida dos índios, que são aculturados, que são funcionários públicos, professores e comerciantes. Portanto, em relação aos índios que não pertencem ao CIR, a realidade não é o que se vem apregoando.

Não queremos permanecer no obscurantismo ambientalista, queremos sim usufruir todos os benefícios que o Estado possa oferecer aos seus cidadãos, tais como: estradas, transporte, energia elétrica, comunicação, educação e infra-estrutura em geral, que se constituem fatores decisivos para o desenvolvimento de todos. O Brasil é de todos, índios e não índios!

Sr. Presidente, fiz questão de ler esse documento na íntegra, para que fizesse parte do meu pronunciamento.

Infelizmente, existe um movimento que deseja ter o monopólio da verdade sobre a questão indigenista, sobre a questão ambientalista e que inclusive não divulga e não aceita a fala daqueles que discordam dos rumos, por exemplo, do que pensa o Instituto Socioambiental, cujo documento foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy. Lamento que o Senador Eduardo Suplicy não esteja presente no plenário, porque realmente este é um assunto do maior interesse para o Brasil.

Não podemos nos esquecer do exemplo da Colômbia, que se descuidou da sua Amazônia, que tratou a sua Amazônia como se fosse o quintal do país, relegando-a a um abandono absurdo. E qual foi o resultado, o que aconteceu com a Amazônia colombiana? Primeiro, a guerrilha ideológica lutou para derrubar um governo constituído; depois, a associação do narcotráfico com a guerrilha e, recentemente, a intervenção dos Estados Unidos. Intervenção branca, é verdade, consentida, mas uma intervenção da qual não se vai mais sair. Lamentavelmente, gerações de colombianos vão passar antes que eles vejam os Estados Unidos tirarem as botas dos seus militares lá de dentro.

Portanto, não podemos aqui ficar omissos diante da realidade do que acontece com a Amazônia brasileira, sob o manto de um falso ambientalismo, de um falso indigenismo, que não leva em conta o índio, mas, sim, interesses que querem esterilizar imensas áreas da Amazônia.

Quero aqui fazer um apelo ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para que realmente se apegue àquele ponto do documento que fez sobre a Amazônia: precisamos acabar com essa história de dizer só o que não se pode fazer na Amazônia; não podemos permitir também que ela continue dominada por interesses que não são nacionais — com certeza, não são nacionais.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Toda vez que eu tiver conhecimento de fatos como esse, quero trazê-los ao conhecimento da Nação e do Senado, para que possamos dizer amanhã: se as autoridades competentes não tomaram providência, a culpa não foi dos representantes da região, que ficaram calados ou omissos. Cabe a nós, inclusive, com a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, colocar uma ordem nessa bagunça que é a questão ambientalista e indigenista no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 14/06/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, fomos surpreendidos, pela imprensa nacional, com a notícia da demissão do Presidente da Funai, Dr. Glênio da Costa Alvarez.

Desta tribuna, tenho feito análises, reflexões e mesmo denúncias a respeito do momento que a Funai vem atravessando ao longo dessas suas quatro décadas de existência.

Sr. Presidente, nesse período, vinte e cinco presidentes dirigiram a instituição, dos quais oito apenas durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que significa mais de um presidente por ano.

Tive a curiosidade de procurar na Internet a relação dos presidentes da Funai. Analisei-a e encontrei de tudo: militar, agrônomo, economista, geólogo, antropólogo, sertanista. Não há um índio. Um índio sequer, até agora, presidiu a Fundação Nacional do Índio.

Talvez isso indique que o que está faltando para comandar o órgão federal responsável por proteger e garantir a integridade do índio seja exatamente um índio, pois entendo que não se pode colocar como defensor de uma causa alguém que não sente, que não vive e que não é legítimo para defendê-la. Converso com muitos índios, não só do meu Estado, mas do País todo, e não tenho notícia de que os índios tenham dado procuração para quem quer que seja representá-los e falar em seu nome.

Tive a oportunidade de conviver, como Deputado Federal, com o Deputado Juruna, um homem que, dentro da sua ingenuidade e pureza, defendia realmente com veemência as questões dos índios no País. Terminou sendo vítima de toda uma conjuração de forças obscuras que envolvem essa questão indígena no Brasil.

Sr. Presidente, essa demissão do Dr. Glênio, segundo informações que obtive em uma página da Internet, de uma organização não governamental chamada Amazônia, deveu-se a pressões do Vice-Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá, que é do meu Estado e um ex-presidente da Funai.

Registro que as acusações contra o Senador são seriíssimas, e S. Ex^a deveria vir à tribuna explicá-las ao País, pois a questão da Funai já mereceu uma CPI em que não se chegou a conclusões muito claras.

Vou ler o trecho dessa página que considero mais sério, de um artigo assinado pelo Sr. João Dal Poz, antropólogo da Universidade Federal do Mato Grosso. Entre as acusações que faz ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, diz o seguinte:

Dando dois passos atrás no que diz respeito à política de direitos humanos, ao atentar contra os direitos constitucionais dos povos indígenas e a integridade das suas terras, o Governo FHC colocou-se no foco de novas suspeitas. Como reconheceu o próprio Ministro Miguel Reale Júnior, o afastamento à socapa do Presidente da Funai, o geólogo

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Glenio da Costa Alvarez, deveu-se à sua posição contrária à aprovação, a toque de caixa, do Projeto de Lei da Mineração em Terras Indígenas, de autoria do Senador Romero Jucá.

Para os povos indígenas, os prognósticos são os piores possíveis. O caso do garimpo nos afluentes do rio Roosevelt, em terra dos Cinta-Larga, no Estado de Rondônia, está aí para comprovar o desastre social, cultural e ambiental - e também econômico, fiscal e fazendário - que os interesses minerários são capazes de provocar nas terras indígenas: crime ambiental, contrabando, alcoolismo, drogas, prostituição e violência desenfreada, ou seja, todas as mazelas que o Ocidente capitalista é capaz de produzir! A jazida de diamantes no Roosevelt é, não por acaso, um dos primeiros alvos de Romero Jucá, e consta inclusive das justificativas do Projeto de Lei que ora tramita na Câmara dos Deputados. O Senador Jucá, do PSDB de Roraima, atual Vice-Líder do Governo, é um ex-presidente da Funai que firmou contratos irregulares para exploração de madeira em terras indígenas e, agraciado como Governador de Roraima pelo ex-Presidente Sarney, excedeu-se em favor dos garimpeiros que, aos milhares, invadiram as terras dos Yanomami.

Sr. Presidente, essas palavras, repito, são da lavra do Sr. João Dal Poz, antropólogo da Universidade Federal do Mato Grosso, e constam na página <http://www.amazonia.org.br>. Trata-se de uma denúncia seriíssima tornada pública. É preciso que tenhamos uma explicação para o fato, mais ainda, Sr. Presidente, porque o Governo Federal criou uma comissão para reestruturar a Funai.

Que a Funai realmente precisa de uma reestruturação todos sabemos, pois a entidade vem sendo desmantelada ao longo dessas quatro décadas de existência e, aos poucos, vem sendo completamente comandada por organizações não governamentais. Só para dar um exemplo, o Ministério da Saúde destinou mais recursos para duas ONG's cuidarem da saúde dos índios - que correspondem a 7% da população do Estado - do que para os Municípios de Roraima.

Então, alguma coisa é surpreendente nessa história e, no mínimo, precisa ser esclarecida para que a Nação descubra o que está por trás dessa capa da política indigenista, da defesa do índio não pelos índios. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem a oportunidade de fechar o seu Governo passando a limpo essa história da Funai, porque a questão está muito obscura e são muitas as denúncias.

Já tive a oportunidade de denunciar, no Senado, que várias pensões de Brasília recebem os índios que vêm para cá em busca de tratamento de saúde e a Funai não as paga corretamente. Tenho esses documentos comigo. Então, a atuação na área da política indigenista precisa ser investigada com profundidade.

Não acredito que as acusações feitas por esse antropólogo sejam inteiramente verdadeiras, mas precisam ser apuradas porque, afinal de contas, ele não só assinou seu artigo como também o publicou. Isso é muito sério.

Os índios do Brasil precisam ser mais respeitados e não apenas utilizados como bandeira fácil para enriquecer determinadas instituições.

Como Presidente da CPI das ONGs, tenho tido imensas dificuldades até de obter informações dos órgãos federais a respeito de recursos que são destinados a ONGs que

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

atuam nas áreas indígenas, numa instituição do Senado que deve ser respeitada como uma CPI.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Antes de me aprofundar mais no tema, concederei, com muito prazer, o aparte ao Senador Francisco Escórcio, do Maranhão.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a é um homem muito respeitado nesta Casa e no Brasil por essas colocações em favor daquilo que é tão bom para o País. A Funai foi sempre um órgão muito conturbado e V. Ex^a está trazendo uma importante preocupação que também me preocupa: a imagem de um colega. Conheço o Senador Romero Jucá, embora não tenha procuração para defender S. Ex^a, desde a época em que veio para cá, ainda jovem, e foi nomeado pelo Presidente José Sarney – portanto há muito tempo. Somente agora, com a proximidade das eleições, nos chegam essas denúncias. Temos que ter cuidado, pois estamos falando para o Brasil. Pelo fato de o Senador Romero Jucá não estar presente neste Plenário - e digo a V. Ex^a que não tenho procuração para defendê-lo - faço este aparte em seu nome. Nobre Senador, peço que as coisas não sejam colocadas dessa forma para que não paire no ar uma idéia pejorativa da imagem do nosso Colega. Não estou dizendo que essa é a imagem que V. Ex^a tem do Senador Romero Jucá, mas talvez seja a de pessoas outras que nos têm ouvido. Ainda ontem recebi um **e-mail** que, a princípio, me causou pânico: diziam que os Estados Unidos vão tomar a Amazônia. Acredito que devemos meditar e ter mais prudência. Aliás, esses denunciantes via **e-mails** deveriam apresentar-se, formalizarem suas denúncias junto ao Ministério Público ou a esta Casa. E isso vem ocorrendo há algum tempo. As CPIs estão aí. Entendo ser válida a preocupação de V. Ex^a, e o parabênico. Realmente temos que tomar conta de órgãos como a Funai. Certamente por detrás de uma atitude como essa, haja interesses outros que desconhecemos. Não estou me opondo ao pronunciamento de V. Ex^a; apenas quero digo ao Brasil que as coisas não podem caminhar dessa forma. Denúncias vazias não são soluções. Que nos enviem denúncias embasadas; que venham a esta Casa, aos nossos gabinetes, para que possamos trazê-las ao Plenário, formalmente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Francisco Escórcio, gostaria de deixar claro que o fulcro do meu pronunciamento é a Funai. Trago este assunto a Plenário porque acredito ser este o momento de o Vice-Líder do Governo esclarecer o episódio recente da demissão do Dr. Glênio.

O tema em questão não é o Vice-Líder do Governo, e sim o porquê de o Governo ter demitido o presidente de um órgão importante como a Funai. Um cidadão que se coloca dentro de uma página da internet, que é pública, e assina o seu nome, não é apócrifo. Portanto, a denúncia precisa ser esclarecida. Amanhã não poderemos ficar com a pecha de que o Sr. Glênio fora demitido porque estava contra o projeto de mineração em terras indígenas – aliás, esse é um assunto que precisa ser discutido.

Em tese, não concordo com a colocação das ONG's de que em terras indígenas não pode haver explorações por meio de concessões da União - como está na Constituição - com a autorização do Congresso Nacional e com benefícios que se revertem em favor das comunidades indígenas.

Nobre Senador Francisco Escórcio, não vamos desviar o foco do meu discurso que – repito – é a Funai.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, eu sei disso. Faço essas colocações pelo fato de o nosso Colega não estar presente. E diante da ausência de S. Ex^a – e não tenho procuração de S. Ex^a, repito –, creio que não seria o momento de tratar desse assunto, que é grave, até para que S. Ex^a possa defender-se. Felicito V. Ex^a e lhe digo que tenho na pessoa de V. Ex^a um grande homem público. Meus parabéns.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Pode parecer, pelo fato de estarmos em posições opostas no nosso Estado, que eu esteja citando o Senador Romero Jucá por uma questão política. Não é. Trata-se de uma acusação contra o vice-Líder do Governo nesta Casa, uma acusação que envolve claramente a demissão do presidente da Funai, há poucos dias, e, portanto, precisa, sim, ser esclarecida. Aqui, nenhum de nós está isento de investigação. Aliás, dou ao Vice-Líder do Governo a oportunidade de explicar-se perante nós, Senadores, e perante a esse cidadão que assinou a denúncia seriíssima de que a demissão do Sr. Glênio da Costa Alvarez tenha sido motivada por pressões de mineradoras, coincidentemente, em defesa de um projeto que é do Senador.

Sr. Presidente, retomando o leito do meu pronunciamento, quero dizer que a Funai precisa efetivamente ser reestruturada. Inclusive andam dizendo que isso está sendo feito em gabinetes fechados sem que sejam ouvidos os índios e o Congresso Nacional. Não posso entender que um órgão de tamanha importância como a Funai, repito, continue sendo desmantelado.

Hoje, quem comanda a política indianista neste País são as ONGs, que sequer podem ser chamadas de não-governamentais porque vivem à custa de recursos do Governo Federal. Mais uma vez alerta para o fato de que duas organizações não-governamentais no meu Estado, ONGs que "cuidam" da saúde indígena, receberam mais recursos do Ministério da Saúde do que o Estado de Roraima e seus Municípios.

É preciso, sim, investigar tudo isso profundamente. E mais: é necessário realmente que se proceda à reestruturação da Funai, que precisa ser efetivamente colocada a favor da causa indígena e conduzida por índios. Se o pré-requisito para presidir a Funai for o fato de ter curso superior, informo a V. Ex^{as} que há índios formados em Direito, em Antropologia e em outros cursos superiores. Portanto, eles, sim, deveriam dirigir o órgão, juntamente com um conselho formado pela comunidade indígena com representatividade. E, assim, eliminaríamos os intermediadores e os falsos procuradores da causa indígena.

Sr. Presidente, aqui estou, nesta tribuna, retomando um tema que se torna atual, face a forma como foi publicado na imprensa, qual seja, a demissão do Sr. Glênio.

Peço que o atual presidente da Funai – não sei se interino ou titular – promova efetivamente uma adequada resposta à opinião pública. Não é possível ficarmos à sorrelfa, escanteados diante de problema tão sério como este.

Na Amazônia, a política indigenista consiste apenas em demarcar terras indígenas. Efetivamente não se olha o índio como ser humano, não se investe na dignidade do índio, na oportunidade de ele crescer, progredir, viver melhor e se livrar de doenças evitáveis por intermédio da vacinação.

Vejam os Yanomamis, por exemplo, que só no meu Estado são donos de nove milhões de hectares de terra. No entanto, aqueles que falam não vão lá para conhecer de perto a realidade indígena dos Yanomamis. Não sabem que eles estão morrendo por

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

oncocercose, por desnutrição. Foi denunciado desta tribuna, há poucos dias, inclusive foi objeto de uma longa reportagem na **Globo News**, televisão a cabo da **Rede Globo**, que pesquisadores americanos retiraram sangue dos índios Yanomamis para fazerem pesquisas genéticas e outras. O Governo brasileiro ainda não tomou uma atitude clara e corajosa sobre esse fato seriíssimo, enquanto organizações não-governamentais estão, elas sim, promovendo a denúncia a esse respeito. Na verdade, na época, elas estavam participando ou sendo coniventes ou omissas com essa atitude. Existem inúmeros fatos sérios a respeito do índio, mas teima-se em apenas dar ênfase à questão da demarcação de terras indígenas, deixando de lado outras questões fundamentais como a saúde, a educação, a dignidade e a preservação de sua cultura.

Sr. Presidente, essa denúncia traz à baila o fato de que, por trás da demissão do presidente da Funai, outros interesses de importantes corporações da área mineral existem. Citei o Vice-Líder do Governo, que está ausente, para que S. Ex^a venha ao Plenário nos prestar esclarecimentos. Seria até interessante que o ex-presidente da Funai fosse convocado para vir a esta Casa para também prestar esclarecimentos, já que o assunto é público e notório no País.

Era o que eu tinha a dizer.

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 13/05/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que mais tem-me trazido a esta tribuna, não poderia deixar de ser a discussão, a análise e a defesa permanente da Amazônia. Como representante do menor Estado da Amazônia e da Federação, Roraima, tenho a obrigação, o dever mesmo, de alertar permanentemente meus Pares no Congresso Nacional e toda a Nação brasileira sobre a importância da Amazônia, que representa 60% do território nacional. Preciso alertá-los, também, sobre os riscos que têm ocorrido na Amazônia ao longo dos tempos. Parece-me até, Sr. Presidente, que já anestesiaram a Nação e de tanto ser repetido, e de vez em quando informado, aqueles que moram fora da Amazônia, quer dizer, os que moram nos 40% do território brasileiro que não fazem parte da Amazônia, não levam a sério; e os amazônidas. Aliás, não podem fazer muito; seus representantes, esses sim, podem despertar a consciência nacional para esses problemas.

Ontem tivemos a oportunidade de assistir no **Fantástico**, programa da **Rede Globo de Televisão**, a uma denúncia seriíssima que veio corroborar muitas outras já veiculadas na imprensa e apresentadas desta tribuna. Pesquisadores norte-americanos teriam entrado na reserva Yanomami do lado brasileiro, e também do lado venezuelano, e coletado sangue dos índios sem dar nenhuma explicação para o ato. O índio tuxaua que mora na reserva Yanomami do lado brasileiro apareceu na reportagem e afirmou que o sangue foi coletado, mas ele não sabe para quê.

Quando Deputado, em 1983 ou 1984, alguns funcionários da Funai trouxeram-me a denúncia de que estava sendo aplicada, nos índios yanomamis, uma vacina experimental contra a malária. Nessa altura, obviamente, os funcionários não puderam se expor identificando-se, porque não dispunham sequer dos dados necessários para fazer uma denúncia comprovada. Mas eu, da tribuna, apresentei a situação, mas nenhuma providência foi tomada ou resposta adequada foi dada por parte do Governo brasileiro – leia-se Funai, Ministério da Justiça ou qualquer outro órgão responsável pela proteção aos índios e pela política indigenista no País.

Sr. Presidente, a denúncia de ontem não foi feita por órgão federal, mas por uma ONG chamada Comissão Pró-Ianomâmi, que é derivada de outra, a Comissão de Criação do Parque Yanomami, dirigida por dois estrangeiros: o Sr. Carlos Zaquini, que apareceu na televisão, e a suíça Cláudia Andujar. Segundo os noticiários, estão essas pessoas aproveitando-se da ida dos yanomamis aos Estados Unidos para contactar uma ONG de advogados indígenas, nos Estados Unidos, para analisar as amostras de sangue de sua etnia coletadas por pesquisadores norte-americanos.

Portanto, não se trata apenas de uma suspeita. É caso comprovado, segundo depoimento do próprio índio e do representante dessa ONG, que diz que localizou parte das amostras

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

de sangue dos yanomamis depositada nos departamentos de Antropologia da Universidade Estadual da Pensilvânia e da Universidade de Michigan.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, vejam bem a que ponto chegou o descaso com a Amazônia brasileira. Extrai-se material genético e pesquisam-se vacinas nos próprios índios.

A Dr^a Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República, endereçou um expediente a essas universidades fazendo, entre outras, as seguintes indagações:

1. Existem amostras de sangue ianomâmi nos laboratórios dessas universidades?
- 2- Número e forma de conservação das amostras?
 1. Qual a origem das amostras?
 2. Existem documentos atestando a realização de procedimentos para obtenção de consentimento informado na coleta de amostras?
 3. Quando as amostras foram coletadas no Brasil?
 4. Há documentação sobre autorização oficial concedida por instituições brasileiras para pesquisas que viabilizem a coleta das amostras?

E segue uma série de outras perguntas – que peço sejam parte integrante do meu pronunciamento, Sr. Presidente – demonstrando como é estarrecedora a falta de comando, o desgoverno em relação à Amazônia, principalmente às populações indígenas que lá vivem. Se fazem isso com os índios, o que estarão fazendo com a riqueza das reservas ecológicas e indígenas?

Sr. Presidente, por causa desse noticiário e desses documentos que são de domínio público e que já são do conhecimento da Subprocuradora Geral da República, que cuida das comunidades indígenas e minorias, fiz um requerimento, lido hoje no Expediente, dirigido ao Sr. Ministro da Justiça, solicitando informações oficiais a respeito desse assunto. Não é possível que o Brasil seja terra de ninguém, onde chega pesquisador para coletar sangue dos nossos indígenas, que, pela nossa Constituição, deveriam estar protegidos pelo Governo Federal por intermédio da Funai, que nada sabe e nada pode explicar.

Fiz esse requerimento de informação para que possamos, a partir daí, responsabilizar as autoridades que, por omissão, negligência ou conivência permitem que essas coisas ocorram.

Para prosseguir no rumo dessa questão, Sr. Presidente, tenho aqui recorte de jornal onde lemos a seguinte manchete: "Diamantes dos cinta-larga vão para o exterior". Vejam que, de novo, pessoas estrangeiras estão envolvidas

Vamos à matéria:

Cacoal, Rondônia. Boa parte do diamante extraído dentro da reserva Roosevelt, dos índios cinta-larga, está sendo contrabandeada para os Estados Unidos, Canadá, alguns países da Europa e Israel. A Polícia Federal descobriu a conexão internacional depois de prender, há dois meses, os israelenses Yair Asiss e Royi Menahem Riger, que estariam

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

comprando diamante em Cacoal e Pimenta Bueno para lapidar e, depois, revender o material no exterior.

A PF suspeita que outros estrangeiros estejam atuando na região. A extração de minério em área indígena é ilegal."...

Sr. Presidente, peço que essa reportagem faça parte do meu pronunciamento, porque, embora tenha sistematicamente repetido essas denúncias, eu não vejo, por parte do Governo Federal, nenhuma providência.

Tenho uma denúncia mais grave ainda. Recebi, a semana passada, em meu gabinete, três indígenas representantes de um grupo do Maranhão, que trouxeram-me um documento que encaminharam ao Procurador Geral da República, o qual eu faço questão de ler aqui.

Ao Procurador Geral da República

Dr. Geraldo Brindeiro

A Campanha que está sendo feita pelo CIMI e CNBB com o nome "TERRA SEM MALES" precisa ter um processo de investigação por parte do Ministério Público Federal pelos seguintes fatos:

1) Foi feito há pouco tempo no Memorial da América Latina em São Paulo, através da TV Rede Vida de Televisão uma Campanha para receber "doações" diretas pelo telefone para financiar os trabalhos para aprovação do Estatuto dos Índios.

2) O CIMI e a CNBB estão usando imagens de índios (sem autorização deles) para arrecadar recursos financeiros para aprovar o Estatuto dos Índios.

3) O CIMI não informa qual é o Estatuto dos Índios que quer aprovar, induzindo as pessoas a assinar listas de apoio e as não sabem qual é o conteúdo do estatuto que é o melhor para os índios. O próprio Estatuto do CIMI é fraco e omissivo em relação a diferentes pontos polêmicos dos direitos indígenas.

4) Os índios já denunciaram isto no documento do dia 08.03. 2002 ao Procurador Geral da República, pois o texto do documento que está no Plenário da Câmara dos Deputados é nocivo aos interesses dos índios brasileiros. No entanto, o Cimi teme em induzir as pessoas a assinar listagens que podem na prática apoiar esse texto do estatuto dos índios que é de interesse do Governo Federal e do Relator, mas não é do interesse dos índios.

5) O Cimi e as ONGs querem com essa prática (ao que tudo indica pelas suas atitudes) assumir o papel da FUNAI, que está sendo enfraquecida e extinta.

Queremos que o Ministério Público investigue essas contas abaixo para saber quanto foi arrecadado e quanto foi aplicado, saber se isso está correto ou se tem alguma irregularidade – usar índios na tevê em espetáculos culturais – usar imagem de indígenas de diferentes etnias para arrecadar fundos de campanha que favorecem interesses econômicos de terceiros que querem entrar nas terras indígenas.

Queremos investigação para as seguintes contas: Fundo Nacional da Solidariedade, Banco do Brasil, Agência 3475-4, contracorrente 15000-2; Bradesco, Agência 0484-7, contracorrente 66000, Caixa Econômica Federal, Agência 0664, Conta 4122-5. Assina João Pangrá Kaiapó, pela Federação dos Índios do Brasil.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Sr. Presidente, esse é um documento da mais alta seriedade, espero que o Ministério Público Federal realmente leve a cabo, investigue, porque é realmente nesse contexto, nesse agrupamento de fatos que, seguidamente, se encadeiam que estamos vendo quanto a nossa Amazônia está sendo preparada para uma fragmentação, para repetir talvez o que já aconteceu com a Amazônia colombiana.

Vejo, Sr. Presidente, no mesmo caminho dessas denúncias que envolvem os índios, um casamento com a questão do narcotráfico. A revista **Época**, do dia de hoje, 13 do corrente, publica a seguinte matéria: "A hidrovía do pó. Apreensão de 62 quilos de cocaína revela a rota das Farc para enviar a droga da Colômbia ao Brasil."

Diz o texto:

Até a semana passada, o traficante carioca Fernandinho Beiramar, preso no Rio de Janeiro, era o principal exemplo da ligação entre o narcotráfico no Brasil e as Forças Armadas Colombianas (Farc), a guerrilha que mantém o país vizinho em guerra civil. Beiramar foi preso há um ano pelo Exército colombiano, quando comprava cocaína das Farc. Na tarde da quinta-feira, uma operação da Polícia Federal no porto da cidade amazonense de Tefé estabeleceu um novo elo dessa conexão. Os policiais apreenderam 62 quilos de cocaína fornecidos a brasileiros pelo comandante Rafael Oyola Zapata, o principal líder das Farc na Amazônia colombiana, com o quartel-general em Puerto Santander, às margens do rio Caquetá. Depois de batizada, isto é, misturada a ingredientes pouco nobres, essa remessa renderia 180 quilos, já com destinos certos: os consumidores de Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro.

Os policiais federais detiveram seis pessoas, entre elas dois colombianos e um peruano, e pediram a prisão preventiva de outras 16. No Brasil, todos agiam sob o comando de Jucimar Salinas Pontes, um amazonense que cumpre pena de 34 anos por tráfico, na penitenciária de Manaus. Contudo, o importante para a Polícia é demonstrar que o tráfico, no Brasil, está ligado às Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. 'Todos os carregamentos de cocaína que entram no Brasil pelos rios Içá e Japurá vêm das Farc', diz o Delegado Sérgio Fontes, subchefe da Operação Cobra, que a Polícia Federal implantou há mais de um ano, para combater as drogas na Amazônia.

Em Brasília, o Governo sabe que há pelo menos quatro mil quilômetros de rios navegáveis à mercê dos negócios entre as Farc e os traficantes brasileiros na Amazônia. Tanto que autorizou o ambicioso plano de reforço de vigilância na região, com a instalação de uma base naval na cidade amazonense de Tabatinga, na tríplex fronteira do País com a Colômbia e o Peru.

Sr. Presidente, é essa a ligação de contrabandos de minérios, de manipulação de material genético, de biopirataria, que são justamente os ingredientes mais utilizados hoje para a fragmentação – repito – da nossa Amazônia. E a única notícia que li, nestes últimos dias, Sr. Presidente, que me causou um certo alívio foi a matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, no dia 10 de maio, segundo a qual o Brasil e a Bolívia discutem a criação de um fórum de defesa da Amazônia e que a atuação das ONGs preocupa o Governo.

Vou ler só o final, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição, na íntegra, desta matéria que também julgo de extrema importância e que, neste caso, envolve uma outra ONG chamada Kota-Mama, a qual atua na Bolívia, sob o pretexto de fazer estudos

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

arqueológicos, mas que tem autorização para atuar na área de biodiversidade e que também está ligada, segundo as investigações, às atividades do Reverendo Sun Myung Moon, da Seita Moon, que atua no Brasil e que já comprou, na Amazônia brasileira, uma quantidade enorme de terras, o que tem sido também objeto de denúncias públicas. Lerei o final do artigo:

Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela fazem parte do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Brasil e Bolívia dividem a maior fronteira entre dois países da América do Sul - 3.133 quilômetros, daí a necessidade de aumento de integração entre os dois países.

Os militares do Brasil e do Bolívia querem criar um subgrupo de inteligência para permitir a análise permanente da situação político-estratégica, a obtenção de informações sobre a situação da fronteira e propiciar a melhoria na qualidade dos dados das unidades de fronteira dos dois países.

Portanto, Sr. Presidente, ao finalizar este meu pronunciamento, quero reiterar o desgoverno e a falta de comando na política indigenista do País, com o desmantelamento proposital da Fundação Nacional do Índio. Junto com tudo isso, o narcotráfico e o contrabando de armas estão deixando 60% do nosso território nacional à mercê de perdermos a soberania sobre ele. A Colômbia é um exemplo disso, repito.

Solicito do Sr. Ministro da Justiça, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio, que tome providências com relação a esse requerimento que formulei e que também investigue, assim como o Procurador-Geral da República, a respeito desses questionamentos feitos pelo líder indígena João Pangrá Kaiapó.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado Federal **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da Frente Liberal /RR) **Data:** 19/04/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje comemora-se uma data muito importante. De um lado, é o Dia do Exército brasileiro, que merece de todos nós, brasileiros, uma homenagem realmente muito especial, porque tem sido responsável não apenas pelas missões puramente constitucionais de defesa da nossa soberania, de defesa do nosso território, mas também tem realizado um trabalho de integração nacional muito importante.

O Exército está presente em todos os rincões desta Pátria, principalmente nos mais distantes, fazendo um trabalho social de grande vulto, fornecendo assistência médica e odontológica aos Municípios e Estados. Até mesmo na área de educação está atuando, contribuindo, em muitos lugares da nossa imensa Amazônia abandonada, de forma a suplementar a falta de professor, de médico, de bioquímico e de odontólogo.

Hoje, quero prestar esta homenagem ao Exército brasileiro e lembrar inclusive a figura do Marechal Rondon, que faz uma interface, uma conexão exatamente com o outro cidadão a quem quero homenagear, que é o índio brasileiro, pelo seu dia. Essa interface do Marechal Rondon é muito importante, porque, justamente com ele — portanto, com a figura do Exército brasileiro —, houve a iniciação do verdadeiro indigenismo positivo no País.

Até quero me valer de alguns tópicos de uma entrevista do indigenista Apoena Meirelles, publicada recentemente num suplemento da revista E&D. Vou ler apenas alguns tópicos, começando pela manchete, Sr. Presidente: "O indigenismo romântico é hipócrita" — segundo as palavras do nosso Apoena Meirelles. O sertanista diz que "o indígena brasileiro não precisa mais que falem por ele" — aliás, nem sei quando foi que os indígenas pediram para alguém falar por eles! — "e defende uma política que garanta aos índios um lugar definido dentro da sociedade".

Sr. Presidente, realmente adoto integralmente essa afirmação do sertanista. E, neste Dia do Índio, quero trazê-la como reflexão, porque existem muitos "procuradores" dos índios, pessoas que falam por eles, mas moram em Ipanema, em São Paulo, enfim, nos grandes centros das Regiões Sul, Sudeste e até no exterior. E o que é pior: colocam prioridades nas bocas dos índios que não foram por eles expressadas.

Apoena Meirelles ainda diz outra frase na sua entrevista: "Vejo as missões religiosas com restrições, porque usam métodos persuasivos para dominar as comunidades onde atuam". Esse ponto é realmente interessante, Sr. Presidente. As missões religiosas, especialmente as católicas, defendem atualmente uma postura logicamente muito diferente daquelas que defenderam quando chegaram ao Brasil, acompanhando Pedro Álvares Cabral; defendem a postura de isolamento do índio, de afastá-lo da sociedade, de mantê-lo, inclusive, falando a sua língua original, de fazer com que ele, na verdade, não

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

tire documentos, não se torne efetivamente um cidadão brasileiro. Eles estão promovendo um verdadeiro **apartheid** étnico no País. E, o que é pior, apesar de defenderem essa tese, mudaram o que era uma tradição entre os índios brasileiros, um costume milenar: a sucessão entre os caciques, os tuxauas, enfim, os comandantes das tribos indígenas. Eles tinham um sistema mais ou menos familiar, passavam a chefia de pai para filho e só quebravam essa cadeia quando havia a supremacia física ou bélica de algum outro grupo. O que fez a Igreja Católica? Implantou um sistema, eu diria, parlamentarista nas comunidades indígenas do Brasil, em que as comunidades se reúnem e elegem um tuxaua, que, a qualquer momento, pode ser por elas destituído, dependendo da conveniência não muitas vezes dos índios, mas das entidades que estão por trás, na manipulação dessas comunidades.

Portanto, também quero endossar essa frase do sertanista, quando diz que vê com restrições as missões religiosas atuando nos meios indígenas.

Uma outra frase, também muito importante para a nossa reflexão neste dia, é a seguinte: "Desde Rondon, o Brasil sempre teve um trabalho de atração de grupos indígenas perfeito, mas nunca soubemos o que fazer com eles, depois de contatá-los".

Sr. Presidente, no Brasil, as comunidades indígenas, na sua grande maioria, estão realmente abandonadas pelo Poder Público Federal, que tem a responsabilidade constitucional, por meio da Funai, de assisti-las, porque tirou dos Governos estaduais e municipais essa tarefa - o que seria mais lógico, porque os índios estão nos Municípios e nos Estados e não numa figura abstrata como a União ou o Governo Federal. Com isso, a política indigenista do País é, hoje, comandada pelas organizações não-governamentais, que tomaram conta da Fundação Nacional do Índio e preocupam-se apenas com a demarcação das terras indígenas no País. Já temos mais de 11% do território nacional demarcados para reservas, sendo que os índios não chegam a ser sequer 0,5% da população total do Brasil.

Então, é preciso também refletir sobre essa situação. Acho, pessoalmente, que os índios devem, sim, ter terras definidas, para sobreviverem e expandirem a sua população, mas a terra por si só não está resolvendo o seu problema. Pelo contrário, eles estão desassistido no que tange à produção agrícola, à pecuária e à pesca. Não se faz mais nada para, realmente, mudar-se a condição de dignidade humana do índio. Na verdade, estamos assistindo, cada vez mais, a interferências poderosas e que, no mínimo, nos fazem suspeitar de instituições estrangeiras entre os índios.

Em 1967, pesquisadores norte-americanos coletaram sangue entre os índios Yanomamis que habitam uma parte do meu Estado, Roraima, e uma parte do Amazonas, não se sabe exatamente com que objetivo. Possivelmente, para fazerem estudos de DNA ou para pesquisarem algum tipo de medicamento no que tange à parte genética. O Brasil sequer tomou conhecimento do processo ou nele teve qualquer tipo de participação, muito menos a comunidade indígena. Agora, os próprios Yanomamis estão reivindicando a devolução das amostras de sangue coletadas.

Passarei a ler um tópico de uma matéria a respeito do assunto:

Os índios, com suporte em ofício encaminhado pelo Ministério Público no dia 07/03 às universidades onde o material está depositado, apresentarão seu pedido num seminário que será realizado na Universidade de Cornell (EUA) entre 05 e 07/04 (portanto, já deve

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

ter sido realizado). Estarão em debate a ética em pesquisas científicas e a garantia dos direitos indígenas na proteção do seu patrimônio genético.

Ora, Sr. Presidente, quem está fazendo isso? São os índios diretamente. O Brasil, o Governo Federal não toma atitude alguma. A ONG Comissão Pró-Yanomami, CCPY, dirigida pela suíça Cláudia Andujar e pelo italiano Carlos Zaccini, inicialmente, pregou a demarcação das terras indígenas – está até recebendo dinheiro para prestar serviços de saúde indígena nessa região – e está reclamando, com muito direito, a intromissão na coleta clandestina de sangue para pesquisa.

Em seguida, Sr. Presidente, para minha surpresa, recentemente, a Funai proibiu a entrada da alemã Christina Haverkamp na reserva indígena Yanomami. Ela foi detida pela Funai e reclama que a organização não-governamental de que faz parte, a Associação para a Defesa dos Povos Amazônicos, investiu R\$110 mil na construção de um posto de saúde para os índios da comunidade Paapiú Novo.

Porém, analisando mais detidamente essa problemática, chamo a atenção para uma matéria publicada em **O Estado de S. Paulo**, no dia 8 de abril de 2002, sob o título "Biodiversidade: Quanto Valem a Fauna e Flora Brasileiras - 6 mil animais, 15 milhões de insetos, inúmeras plantas: potencial de R\$4 trilhões está nessa região."

Outra matéria nesse sentido também foi publicada no **site Panorama Brasil**: "Patrimônio de R\$2 trilhões aguarda legislação". Há divergência apenas quanto ao valor, mas já está havendo exploração estrangeira.

Sr. Presidente, também quero fazer o registro do artigo "Lideranças indígenas organizam-se", a respeito de um importante pronunciamento do líder indígena Jonas Marcolino, do meu Estado, que presidiu e que faz parte da organização não-governamental Sodiur: "Defendendo a manutenção dos não-índios em suas terras, eles também apóiam ações governamentais nas áreas indígenas e querem a presença do índio no Legislativo Estadual." Não lirei a matéria na íntegra, pois é longa, mas requero que também faça parte do meu pronunciamento, pois, repito, quero que sirva para a nossa reflexão e para que possamos, no Dia do Índio, não somente fazer um registro das injustiças que estão sendo cometidas e da falta de avanço nas questões sociais em seu benefício.

Apresentei os PLS n°s 135/00 e 136/00, que dispõem sobre reserva de cotas de vagas para índios em universidades e concursos públicos, respectivamente. Recentemente, o Senador Tião Viana apresentou projeto, até mais abrangente do que os meus, também nesse sentido, e considero, Sr. Presidente, que essas são iniciativas positivas e a favor do índio. Pensarmos que devemos isolar os índios em comunidades é, simplesmente, querer tapar o sol com a peneira.

Já fiz o registro, desta tribuna, de uma longa matéria publicada no **Correio Braziliense** do dia 10 de março de 2002, sob o título "Os índios invisíveis":

Moradores das aldeias de todo o País migram para as cidades em busca de emprego e de educação. Misturados na multidão, fazem bicos, trabalham no comércio e muitos conseguem estudar até chegar a um curso superior. Realmente, conheço vários índios que têm curso superior.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

A matéria frisa, principalmente, que em São Paulo existem vários índios que estão ocupando um prédio do conjunto Cingapura:

A grande aldeia paulistana: os pernambucanos pankararu são o maior grupo de índios que vivem na maior cidade brasileira, em São Paulo. A metrópole também abriga os guarani, kaingang, krenak, terenas e fulniôs. Moram em favelas, apartamentos, lotes e em uma pequena área de mata (...).

Há, inclusive, a foto de um índio, Adilson Pankararu, que "saiu de Pernambuco para morar em São Paulo. Hoje, mora num prédio ocupado apenas por índios no conjunto Cingapura e estuda Ciências Contábeis na PUC."

Sr. Presidente, é bem verdade que ainda não existem estatísticas confiáveis, mas na minha cidade, Boa Vista, capital do Estado de Roraima, com certeza, deve haver mais índios morando nos bairros de Boa Vista do que nas aldeias indígenas.

Deixo, então, esse ponto para reflexão. No momento em que homenageio o Exército – eu trouxe aqui a figura do Marechal Rondon – e os índios, quero, dentro desse enfoque dos índios invisíveis, lembro o ex-Deputado Juruna, que hoje, paralítico, mora em uma cidade satélite do Distrito Federal, locomove-se numa cadeira de rodas e se sente realmente revoltado com a situação da política indigenista do País.

Sr. Presidente, faço novamente um apelo ao Presidente da República – sei que existe uma comissão interministerial, que, de maneira sigilosa, está estudando a reestruturação da Funai, como se reestruturar a Funai fosse a resolução do problema do índio – para que Sua Excelência não encerre o seu mandato sem antes nomear para a presidência da Funai um índio, além de permitir a participação efetiva do índio naquela instituição e não apenas a de procuradores de índios, evidentemente sem desmerecer os excelentes funcionários da Funai.

Sr. Presidente, se as entidades que defendem os negros são sempre presididas e comandadas por negros; se as que defendem as mulheres são sempre presididas e comandadas por mulheres, por que a dos índios não deve ser presidida pelos índios? Aliás, o Governo deveria copiar o exemplo do meu Estado, o primeiro a nomear um índio para exercer o cargo de Secretário na Secretaria do Índio. Refiro-me ao Sr. Orlando Justino, que vem fazendo, em pouco tempo, um excelente trabalho junto às comunidades, discutindo os seus pleitos e a valorização do índio como pessoa.

Sr. Presidente, ratifico a minha posição de admiração pelo Exército Brasileiro, principalmente pelo trabalho de integração atual e o já realizado pelo Marechal Rondon. Aos índios brasileiros, quero dizer que essa luta deve ser travada não por alguém que se julgue dono da verdade a respeito da tese, mas, sim, em uma discussão ampla, que envolva todos os pontos de vista a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 25/03/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, o tema da Campanha da Fraternidade deste ano refere-se aos índios, principalmente à questão da demarcação das terras indígenas, e seu lema é: "Por uma terra sem males".

Sr. Presidente, tenho procurado sempre analisar esse tema da tribuna da maneira mais isenta possível, embora seja difícil em virtude da forma como se estigmatizou o tema por alguns segmentos, especialmente pela própria Igreja Católica. Nesse particular, inicio o meu pronunciamento, lendo uma frase de um artigo do Frei Betto intitulado: **Índio quer apoio**. Essa matéria foi divulgada no **Correio da Cidadania**. Entre muitos fatos, Frei Betto registra:

A Igreja Católica é, hoje, consciente de sua relação ambígua com os índios no passado. Ao lado de defensores, como Anchieta e Vieira, havia missionários que favoreciam a exploração da mão-de-obra indígena através de uma catequização equivocada.

Frei Betto refere-se ao passado. Entretanto, no meu entender, atualmente ainda há uma política indigenista equivocada. Existem 325 mil índios no Brasil.

O País já tem 11% de seu território demarcado para terras indígenas, acrescido de 40% para reservas ecológicas, parques ambientais etc.

Não sou contra a que se dêem terra aos índios – pelo contrário, sou favorável a essa medida. Deveria haver realmente uma definição clara em termos de demarcação, que fosse justa e antecedida de debate. Apresentei, inclusive, uma Proposta de Emenda à Constituição no sentido de que essas demarcações passem pelo exame do Senado Federal, que é a Casa que representa os Estados.

As referidas demarcações significam um seqüestro feito pela União, em relação aos Estados, de imensas áreas para destinar "aos índios". Na verdade, entretanto, os índios continuam cada vez menos assistidos – como explica, por exemplo, esse artigo do Frei Beto que diz: **Índio quer apoio**.

Nesta Casa, já apresentei, além dessa proposta que busca trazer ao Senado a análise da demarcação das terras indígenas, inúmeros outros projetos justamente objetivando uma ação positiva que resulte na valorização do índio. Ora, se, segundo a estatística da Funai, há 325 mil índios – o IBGE não consegue levantar essa população, porque a próprio Fundação cria obstáculos.

Fui autor, em 2000, do Projeto nº 135, que reserva 5% das vagas nas universidades federais para os índios.

Está em discussão no Senado um projeto que visa a estabelecer cotas para os negros, para os afrodescendentes. Então, nada mais justo que, se estamos discriminando, no

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

bom sentido, de maneira positiva, para ajudar a eliminar a verdadeira discriminação racial, então que também discriminemos a favor dos índios, e não apenas na questão de dar terras, de demarcar terras, mas no sentido de fazer com que o índio efetivamente possua condições de evoluir socialmente. Muitos índios já têm curso superior, muitos outros já estão cursando faculdades – aqui quero inclusive fazer referência a outro projeto meu, que reserva 5% das vagas nos concursos públicos também para os índios. Então são propostas concretas que visam a dar uma condição efetiva de o índio se afirmar, de o índio não continuar sendo olhado como se fosse algo que tivesse que ficar isolado numa área, numa reserva, como numa espécie de zoológico.

Os índios não querem isso. Converso com muitos deles. A propósito, quero fazer um registro: o meu Estado, Roraima, que tem 7% da população formada por índios, tem hoje mais de 57% da sua área requerida para terras indígenas pela Funai, mas Roraima, em vez de ficar somente no discurso, na retórica de terra ou não-terra, foi mais além, criou a primeira Secretaria do Índio. O Governo do Estado criou a primeira Secretaria do Índio do Brasil. E Roraima não é o Estado que tem mais índios no Brasil, é o terceiro, conforme as estatísticas. O Secretário é um índio da etnia macuxi. Portanto, na verdade, esses são movimentos, gestos concretos de levar ao índio uma nova visão para que se integrem à sociedade pelo caminho de sua valorização pessoal.

Já questionei isso muitas vezes nesta Casa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que disse que há uma dívida do Brasil para com os índios e os negros e que Sua Excelência começaria a pagar se nomeasse para Presidente da Funai um índio, a exemplo do que Roraima fez com sua Secretaria do Índio. Por quê? Ora, não se tem notícia de que uma associação feminina seja dirigida por um homem, não se tem notícia de que uma associação de negros seja dirigida por um branco e não tem sentido também que um órgão federal responsável pela política indigenista, portanto, da defesa dos direitos dos índios seja dirigido por um não-índio, uma pessoa que, a princípio, estaria sob suspeita para defender adequadamente os seus direitos.

Assim, esses projetos que tenho nesta Casa e há mais outro que apresentei em 2001 visando a aperfeiçoar aquele que cuida das vagas nos concursos públicos estabelecendo mais detalhes e mais normas.

O Senador Tião Viana, recentemente, apresentou um projeto que engloba vários dos pontos que previ nos meus projetos. Sei que também Sua Excelência é um homem que se preocupa efetivamente com tratar a causa indígena de maneira positiva e não daquela meio nebulosa que é apenas a briga por dar cada vez mais terra para os índios.

Nesse particular, Sr. Presidente, quero dizer aqui que vou procurar o Senador Tião Viana para que possamos, quem sabe, fazer uma fusão dos nossos projetos, a fim de mudarmos a forma como vem sendo discutida a questão indígena no País, para dar realmente ao índio o direito de escolher os seus caminhos, dizer o que quer, ter voz.

Quero registrar a iniciativa positiva do Governador de Roraima, Neudo Campos, em criar a Secretaria do Índio, que, como disse, é dirigida por um índio, exemplo que deveria estar sendo seguido pela Funai e que espero, um dia, venha a acontecer.

Não tenho de cabeça os números, mas V. Ex^{as} podem verificar o seguinte: se há no Brasil 325 mil índios e 170 milhões de habitantes, a população indígena não representa sequer 1% da população brasileira; no entanto, 11% do território nacional destina-se a reservas indígenas. Contudo, Sr. Presidente, em decorrência dessa política equivocada

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

de apenas brigar por reservas indígenas, pergunto: isso melhorou a condição de vida dos índios? Essa é a grande questão.

O ex-Ministro José Gregori, quando assumiu o Ministério da Justiça, disse que preferia conversar com os índios a conversar com os "procuradores dos índios".

Li recentemente no jornal **Correio Braziliense**, na edição do dia 10 deste mês, uma matéria muito importante. Falando sobre o tema "Vida Brasileira", o jornal publica a manchete "Os índios invisíveis", em que relata: "Moradores das aldeias de todo o País migram para as cidades em busca de emprego e educação. Misturados na multidão, fazem bicos, trabalham no comércio e muitos conseguem estudar até chegar a um curso superior". E cita o exemplo do índio Adilson Pankararu, que saiu de Pernambuco, reside em São Paulo, num prédio do conjunto Cingapura ocupado apenas por índios, e estuda Ciências Contábeis na PUC.

Sr. Presidente, solicito a transcrição da matéria na íntegra, como parte de meu pronunciamento, a fim de chamar a atenção para o assunto, neste momento em que a Campanha da Fraternidade é dedicada exclusivamente aos índios. Sugiro que analisemos o tema, pois o fato não ocorre apenas em São Paulo. Em minha cidade, Boa Vista, capital de Roraima, acredito que existam mais índios do que nas aldeias, o que se repete em todo o Brasil.

A matéria do **Correio Braziliense** menciona, por exemplo que "o velho pajé Sapaim mora há sete anos em Brasília. Ele é kamaiurá, de uma aldeia às margens do rio Xingu, em Mato Grosso. Ficou famoso em 1986 por tratar do naturalista Augusto Ruschi. Hoje vive em uma pensão na W3 Sul e cobra R\$80 para espantar energias de maus espíritos em homem branco".

Ora, Sr. Presidente, observe como a política indigenista adotada no Brasil - ou melhor, não adotada, já que não existe uma política indigenista adequada em nosso País - está levando os índios a morarem nos grandes centros, procurando sobreviver de uma forma ou de outra.

Eu gostaria de fazer outro registro importante. O Brasil todo conhece o cacique e ex-Deputado Federal Mário Juruna. Ele mora hoje no Distrito Federal, está doente, numa cadeira de rodas, e fica angustiado ao ver a questão indígena ser tratada dessa forma e principalmente por não ver a Funai cumprir seus objetivos. O próprio Governo tratou de dismantelar a Funai. Primeiro, tirou a educação indígena da Funai e passou-a para o Ministério da Educação. Poder-se-ia dizer que está no Ministério adequado. Depois, tirou a saúde indígena da Funai e passou-a para a FUNASA. Depois, a FUNASA terceirizou a saúde indígena para instituições não-governamentais, que, sem nenhum tipo de especialização, estão tratando dos índios por este Brasil afora.

Então, na verdade, o dismantelamento da Funai partiu do próprio Governo. Mas agora temos notícia de que o Governo nomeou uma comissão interministerial para reestruturá-la, para dar uma nova e talvez mais atual versão à FUNAI, que já foi Serviço de Proteção ao Índio e hoje é a Fundação Nacional do Índio.

Diante disso, quero marcar este meu pronunciamento chamando a atenção da Nação para o tema. Além disso, convido aqueles que de verdade querem fazer um trabalho em benefício dos índios para que leiam e analisem essa matéria do **Correio Braziliense** do dia 10 de março. Procurem visitar as aldeias indígenas - o que é uma dificuldade, pois,

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

por incrível que pareça, é necessário autorização da FUNAI para visitas, talvez porque a instituição queira acobertar a situação precária em que vivem os índios.

No meu Estado, por exemplo, o que existe de educação, de saúde, de apoio à produção é feito pelo Governo do Estado. E agora será reforçado muito mais com a presença da Secretaria do Índio, que coordenará todas as ações voltadas para os diversos aspectos da vida do índio na atualidade.

Não defendo, por exemplo, a tese de que os índios devem retroceder ao tempo de Cabral, falando seus dialetos, mas também não defendo a extinção de suas culturas, desde que julguem o que elas têm de significado para eles. Contudo, não podem ser antropólogos ou indigenistas a ditarem aos índios o que fazer.

Quero registrar hoje, Sr. Presidente, esses meus projetos que estão na Casa desde 2000, mas que não têm alcançado andamento adequado. Agora, o Senador Tião Viana apresenta um projeto que abarca vários dos pontos por mim apresentados, além de mais alguns outros. Penso que se deve fazer uma fusão dessas idéias, apresentando-se, quem sabe, um projeto que efetivamente dê aos índios a condição de progredir, de sair do jugo de entidades que não só querem falar em nome deles, mas querem impor a eles como pensar e como agir.

Basta dizer – e é bom que o Frei Beto tenha dito que a Igreja Católica já cometeu vários equívocos – que a Igreja Católica, por exemplo, acabou com uma tradição dos índios, qual seja, o fato de que cada tribo tinha o seu cacique, o seu tuxaua, um sistema mais ou menos monárquico que passava de pai para filho ou de pai para familiares como costume. Entretanto, agora se implantou uma espécie de parlamentarismo nas comunidades indígenas: a comunidade se reúne e elege temporariamente um cacique ou um tuxaua, que pode ser destituído a qualquer momento, dependendo dessa reunião – aliás, esse termo "comunidade" foi introduzido pela Igreja Católica, porque existiam somente os termos aldeia, tribo ou maloca.

O que temos de fazer, portanto, é uma política sincera, voltada para o bem-estar do índio. Finalizo repetindo o exemplo que dá o meu Estado de Roraima com a implantação da Secretaria do Índio - um gesto positivo do Governador Neudo Campos -, cujo titular, Orlando Justino, quero saudar. Trata-se do primeiro Secretário do Índio no Brasil. Muito em breve, espero ver um índio ocupando o cargo de Presidente da Funai, pois ele será capaz de saber o que os índios querem e de interpretar-lhes o pensamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 13/03/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recente reportagem da revista **RDM**, de Cuiabá, intitulada "Epidemia da Vida Moderna", alerta para o crescimento dos casos de câncer naquele Estado, no Brasil e em todo o mundo; e, ao mesmo tempo, relata pesquisas que vêm sendo feitas por um cancerologista cuiabano, Guilherme Bezerra de Castro, que pretende contribuir para reduzir a incidência de um tipo de câncer, o de mama, quiçá para produzir uma vacina visando à imunização das mulheres com predisposição à moléstia.

A citada reportagem, ouvidos os especialistas no assunto, relaciona a incidência dos diversos tipos de câncer com o crescente ritmo de industrialização da sociedade moderna. Mais adiante, sugere alguns cuidados que devem ser tomados para prevenir o surgimento dessa moléstia.

A incidência do câncer no Brasil, de acordo com a publicação, foi, em 1999, de 147 casos por grupos de 100 mil habitantes, acompanhando a média mundial, de 149 casos por grupo idêntico. Isso equivale a dizer que temos, no Brasil, mais de 260 mil pessoas com essa doença.

Levantamento efetuado por oito laboratórios mato-grossenses, para uma instituição ligada ao Hospital Santa Rosa, da Capital, demonstrou que o câncer de próstata é o mais comum entre a população masculina, enquanto nas mulheres predomina o câncer de colo uterino, seguido pelo de mama.

O trabalho do cancerologista Guilherme Bezerra, Sr^{as} e Srs. Senadores, é relacionado exatamente com o câncer de mama, que, devido à sua alta incidência e mortalidade, representa um grave problema de saúde pública. De acordo com o Dr. Guilherme Bezerra, "trata-se do tumor maligno mais perigoso da raça humana, atingindo 1 milhão e 400 mil pessoas no mundo inteiro, a cada ano". Ele vai além: sendo a primeira causa de morte de mulheres por doenças neoplásicas nos Estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, ele acredita que também em seu Estado essa modalidade já superou a incidência do câncer de colo uterino.

Para melhor conhecer os mecanismos dessa doença, o especialista conta com trunfo que não pode ser desprezado: trata-se de estudar o código genético das índias brasileiras, as quais, desenvolvendo embora outras neoplasias, parecem imunes ao câncer de mama.

A Escola Paulista de Medicina, que mantém um posto de saúde na reserva do Xingu, jamais registrou, em 36 anos, a ocorrência de câncer de mama entre as índias de etnias diversas. O mesmo ocorre em Sangradouro, a 250 quilômetros de Cuiabá, onde a Missão Salesiana atende a mais de 10 mil índios xavantes. Outra característica da população indígena não-miscigenada é possuir o mesmo grupo sanguíneo – "O" positivo.

"Ao fazer a comparação – explica o cancerologista –, vamos saber se as índias possuem um fator genético de proteção ao câncer de mama, ou se têm um fator de promoção não

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

ativado". Caso encontre o gene protetor, esclarece a publicação, o pesquisador pretende isolá-lo e multiplicá-lo em laboratório para produzir a vacina.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao louvar a iniciativa do cancerologista Guilherme Bezerra, bem assim a seriedade das pesquisas comandadas pelo Hospital Santa Rosa, não posso deixar de manifestar minha preocupação com o verdadeiro assédio, muitas vezes provocado por estrangeiros, à revelia de nossas autoridades, que vem sofrendo a população indígena brasileira.

Não se trata de xenofobia, absolutamente. O Brasil tem toda uma história de hospitalidade para com os estrangeiros que aqui vieram morar ou que para cá se deslocam em busca de entretenimento ou motivados por negócios. Reconhecemos, inclusive, que os imigrantes, se aqui encontraram novas oportunidades, deram, em contrapartida, um grande impulso ao nosso desenvolvimento.

No entanto, em tempos de globalização, quando as fronteiras se tornam cada vez mais débeis, devemos estar atentos aos interesses que movem os variados grupos humanos que visitam ou mesmo se instalam em nosso País. É fato sobejamente conhecido que a Amazônia desperta a cobiça internacional, e que autoridades de países os mais diversos têm procurado influir na política interna brasileira concernente ao desenvolvimento da Região Amazônica.

É comum, Sr. Presidente, louvar-se o patriotismo do povo norte-americano. Da mesma forma, justificam-se a todo momento as atitudes dos países desenvolvidos na proteção do setor agrícola, da indústria, da cultura, do idioma e de outros interesses nacionais. No Brasil, defender o interesse nacional dá margem a ridicularizações...

No entanto, Sr. Presidente, o País, ao abrir os braços para os estrangeiros que nos visitam, não pode ignorar quais são seus interesses e as atividades que aqui desenvolvem. A Amazônia, há algum tempo, vem sendo invadida por pesquisadores, estudantes, empresários, religiosos e turistas. A ninguém é dado desconhecer, por exemplo, a cobiça estrangeira pela biodiversidade da região. Por inércia nossa, numerosos extratos vegetais, com eficácia medicamentosa e típicos da nossa flora, já foram patenteados por indústrias farmacêuticas estrangeiras.

Da mesma forma, o conhecimento tradicional de nossos povos indígenas tem sido utilizado por laboratórios internacionais. Ao tomá-lo como ponto de partida, esses laboratórios podem restringir o campo de suas pesquisas, economizando milhões de dólares. Não é de estranhar, portanto, que os povos indígenas reivindiquem mecanismos de proteção e de compensação para a utilização dos conhecimentos tradicionais. É preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, pôr um fim à biopirataria e aos ataques que objetivam desnacionalizar a Amazônia brasileira.

Assim, ao saudar o desenvolvimento de uma pesquisa que pode significar a cura de milhares de mulheres afetadas pelo câncer de mama, ou mesmo a prevenção da doença, quero reiterar meus apelos para que as autoridades brasileiras se empenhem na defesa e na proteção dos povos indígenas, do nosso território e de nossos recursos.

Muito obrigado.

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 05/03/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna para abordar um tema sobre o qual falei na semana passada: a interdição da rodovia federal BR-174, que interliga o Estado do Amazonas ao de Roraima e à Venezuela. Essa rodovia vem, desde 1999, sendo interditada no trecho da reserva indígena Waimiri Atroari, no horário de 18h de um dia até às 6h do dia seguinte.

Fiz um requerimento de informações ao Ministro dos Transportes e S. Ex^a respondeu-me que estaria compondo uma comissão interministerial para tratar desse assunto e encontrar uma solução.

Vejam bem: trata-se de uma situação ilegal, inconstitucional e sem nenhuma fundamentação para continuar existindo, mas o Ministro disse que iria fazer uma comissão interministerial.

No mesmo sentido, fiz um requerimento ao Sr. Ministro da Justiça, uma vez que a Funai, a Fundação Nacional do Índio, é subordinada ao Ministério da Justiça, assim como a Polícia Rodoviária Federal.

A Funai respondeu-me dizendo que não tem qualquer responsabilidade quanto à interdição do trecho, mas que se trata de uma situação que se vem repetindo desde que a estrada foi entregue pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), muito antes de ser asfaltada. Com isso, o Exército brasileiro teria repassado aos índios Waimiri-Atroari essa responsabilidade. Não acredito nisso, porque o Exército não teria autoridade para repassar essa interdição e muito menos os índios a teriam.

Quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para o fato de que o Sr. Ministro da Justiça – que, é bom que se ressalte, não era o atual - recebeu o ofício do Senado, acompanhado do meu requerimento de informações, no dia 04 de dezembro e, de acordo com o previsto no art. 50, §2º, da Constituição Federal e também com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, teria trinta dias para respondê-lo. No entanto, levou quarenta dias para fazê-lo. O certo, Sr. Presidente, é que, costumeiramente, os Srs. Ministros têm feito pouco caso até da letra da Constituição, no que tange a sua obrigação de responder as informações oriundas de requerimento dos Srs. Senadores, encaminhadas pela Mesa do Senado. Isso para não falar no ofício que eu mesmo, como Senador, isoladamente, encaminhei ao Sr. Ministro, nos mesmos termos, pedindo essas providências.

Portanto, no dia 14 de janeiro, o Ministro respondeu o ofício, encaminhando resposta da Polícia Rodoviária Federal, que faço questão de ler, Sr. Presidente, porque aqui já se desmistifica completamente – embora, de antemão, não houvesse base legal nenhuma para fazer essa interdição - muito do que se vem apregoando a respeito da necessidade dessa interdição.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Assim, vou ler, na íntegra, o ofício assinado pelo Sr. Altamiro Sathler Filho, Diretor-Geral Substituto da Polícia Rodoviária Federal, e encaminhado à assessora parlamentar do Ministério da Justiça:

Em resposta ao despacho nº 772 de 19 de novembro de 2001, dessa Assessoria, solicitando informações da análise do Ofício nº 653/2001/GSMCAV, de 13 de novembro de 2001, sobre "o restabelecimento do pleno fluxo da BR-174", que liga Manaus – AM a Boa Vista – RR, temos a informar que:

- 1 - A Polícia Rodoviária Federal não participou de decisões referentes a imposições de restrição ao tráfego na BR-174 e tem acompanhado tal movimentação em respeito ao costume lá existente de preservação dos interesses daquela reserva indígena;
- 2 - Trata-se de extensão de 120 quilômetros, compreendendo a área da reserva indígena Waimiri Atroari, onde há apenas restrição **Parcial de Tráfego Noturno**, entre 18:00 e 06:00 hora, diariamente, controlado por funcionários da Funai ...

Aqui, já há um choque com a informação inicial da Funai, que diz que a interdição é feita pelos índios.

... desde o término de conclusão das obras de asfaltamento daquela rodovia, em agosto de 1999, e decorre de convênio entre a Funai e a Eletronorte para minimizar efeitos da construção da Hidroelétrica de Balbina ...

Vejam bem que aqui já entra em jogo algo que não a reserva indígena.

... tanto quanto a restrição originou-se de proteção aos índios e sua reserva durante as obras da rodovia, feitas pelo Batalhão de Engenharia e Construção do Exército;

- 3 - Relatório de reunião ocorrida em 01 de dezembro de 2001, entre os chefes do nosso distrito no Amazonas e em Roraima, com representante do líder da Nação Atroari e o indigenista Carvalho ...

Interessante esse indigenista Carvalho – quero chamar a atenção sobre ele porque vou ler, depois, uma declaração sua ao jornal **A Crítica**.

... ocorrida dentro daquela reserva, para tratar desse assunto, conforme relatório anexo, ressalta que:

a - A restrição do tráfego ocorre em caráter parcial e permite a passagem de ônibus, veículos de emergência e de transporte de enfermos;

b - Há liberação total do tráfego em período de maior movimentação, como nos feriados prolongados e dias festivos especiais;

Isto é, excepcionalmente, ao arbítrio dos funcionários da Funai ou das lideranças indígenas, pode haver liberação total do tráfego em períodos de feriados prolongados e dias festivos.

c - Os indígenas admitem alterar o horário da restrição atual [que é das 18h de um dia às 6h do outro], reduzindo-o para 22:00 às 6:00 horas;

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Então, vejam que os próprios índios admitem, mesmo com essa contradição toda, que se altere essa restrição, que não é oficial, que não é legal ;

d - Ressalta o relatório que até a presente data tal restrição atende às necessidades atuais do tráfego, bem como os interesses do tráfego e os interesses dos indígenas, podendo a abertura total ser obtida em médio prazo, após entendimento entre órgãos do Governo com gestão sobre a aludida área;

Ora, Sr. Presidente, quer dizer que órgãos do Governo estão acima da lei, do que manda a Constituição e as legislações menores, resolvendo decidir sobre em que hora deve passar um veículo numa rodovia federal, que foi aberta e asfaltada com recursos de todos nós, contribuintes, que une duas unidades da Federação e que passa em uma reserva indígena - uma área, portanto, da União.

4 - Esta Direção entende que a elaboração de um projeto contemplando a construção de telas laterais delimitando a Faixa de Domínio da Rodovia, bem como passagens subterrâneas em alguns trechos do trajeto da rodovia dentro da reserva indígena possam proteger a fauna, a flora e evitar acidentes com os índios, preservando os seus interesses.

Ora, se lá na frente diz-se que se permite a passagem de ônibus, de veículos de emergência ou, nos feriados ou dias festivos, de qualquer veículo, está provado que não existe qualquer perigo à fauna ou à flora, porque o tráfego vem sendo feito, apenas condicionado ao bel prazer desses funcionários dos órgãos do Governo que estão lá e também de algumas lideranças indígenas que não foram ouvidas no caso

Tal solução partiria de estudos de órgãos do meio ambiente e de Engenharia Rodoviária, ensejando a solução definitiva do caso, bem como servindo de referência ao modelo experimental para tantas outras situações semelhantes.

Na verdade, esse é o único caso, no Brasil, em que uma rodovia federal é fechada durante doze horas por dia e é aberta ao bel prazer de alguns funcionários, com ordem de não sei quem, porque nenhum órgão federal que respondeu ao pedido de informação assumiu a responsabilidade do fato .

Tal medida poderá incluir postos de serviço com representantes da Funai, Polícia Florestal ou outros órgãos de meio ambiente ou assistenciais, ao longo do trajeto, complementando medidas protetoras.

E, aí, pergunto: protetoras de que, se já permitem esse fluxo de maneira eventual e de acordo com a vontade desses funcionários?

Considerando a importância daquela rodovia de ligação internacional, a recente inauguração de ponte de alvenaria aumentando as condições de trafegabilidade e o iminente aumento do volume de tráfego gerado pelo progresso dos Estados limítrofes -

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Amazonas e Roraima -, urge solucionar o impasse e liberar totalmente o seu tráfego de forma a atender a todos os interesses envolvidos.

Vejam V. Ex^{as} que são afirmações do próprio Diretor Substituto da Polícia Rodoviária Federal: "Urge solucionar o impasse e liberar totalmente o tráfego de forma a atender a todos os interesses envolvidos". Que sejam todos mesmo: índios e as populações dos Estado de Roraima e do Amazonas, e não apenas algumas pessoas envolvidas!

Finalmente, importa lembrar que desde a época das obras da construção em que as restrições noturnas eram totais, atualmente o tráfego vem sendo atendido dentro de sua maior necessidade. Entretanto, este Departamento aguarda decisões dos órgãos competentes para ultimar medidas legais de liberação total da rodovia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vê-se que realmente o apreço à Constituição sequer está sendo observado pelo próprio Ministério da Justiça. Em primeiro lugar, por não responder a um requerimento em tempo hábil; em segundo, por enviar tal resposta, proveniente de um órgão subalterno - o Departamento de Polícia Rodoviária Federal -, onde sequer houve uma análise por parte do Departamento Jurídico do Ministério, a fim de não deixar transparecer tão claramente a total falta de comando e de respeito à Lei Maior.

Sr. Presidente, eu gostaria de tecer comentário à matéria publicada no jornal **A Crítica** a esse respeito, após ouvir o Sr. Porfírio Carvalho, Coordenador do Programa Waimiri-Atroari, que falou em nome dos índios. Disse ele:

Hoje, os ônibus de passageiros – cerca de 18 por noite –, veículos com carga perecível, viagens de emergências com pessoas doentes ou acidentadas passam normalmente. Segundo ele, a média de carros por dia é de 200, enquanto ficam retidos durante a noite apenas oito com cargas não-perecíveis".

Ora, Sr. Presidente, se passam cerca de 18 veículos por noite, por que não passar os oito restantes? Estou me valendo da informação do senhor Porfírio Carvalho - não sei se são verdadeiras -, que, para mim, é um contra-senso. Vejam: se passam 18 ônibus por noite, mais os veículos com cargas perecíveis e os que transportam as emergências, por que não passar os que transportam cargas não-perecíveis, os quais são obrigados a dormirem na fronteira da reserva? Isso sem falar no cidadão que deseja se locomover, seja qual for o motivo - tratamento de saúde, negócios ou mesmo turismo -, de um Estado para outro, ou seja, do Amazonas para Roraima, ou do Amazonas para Venezuela.

Repito: o Sr. Porfírio Carvalho, Coordenador do Projeto Waimiri-Atroari cai em contradição ao dizer que precisamos manter essa situação, quando apenas uma minoria de carros é ali retida. E o que é pior: segundo o Diretor da Polícia Rodoviária Federal, nos dias festivos e feriados prolongadas essa proibição não existe!

Sr. Presidente, além de pedir à Mesa do Senado que aconselhe os Srs. Ministros a cumprirem a Constituição e as leis que os obriga a responderem aos pedidos de informação dentro do prazo de trinta dias, eu também gostaria que se fizesse uma análise, por meio da Advocacia do Senado, para que pudéssemos dar cabo a essa

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

situação. Em primeiro lugar, há um parecer da Consultoria Legislativa do Senado mostrando que essa interdição é absolutamente ilegal. Falo como representante do Estado de Roraima por acreditar tratar-se de um absurdo, uma atividade que não se justifica.

Sr. Presidente, há uma outra indagação à Mesa do Senado. Eu gostaria de saber qual a razão de estarmos recebendo, nós Senadores, juntamente com a mídia - uma publicidade diária que todos os Srs. Senadores recebem com o resumo das notícias nacionais -, bem como com o **Jornal do Senado** um panfleto de propaganda do Programa Waimiri-Atroari, patrocinado pela Eletronorte e pela Funai há cerca de três dias.

Sr. Presidente, parece tratar de uma coincidência, já que na semana passada fiz pronunciamento nesta Casa reclamando providências quanto a esse mesmo tema. Agora - repito -, esse panfleto vem sendo encaminhado juntamente com a mídia e o com o **Jornal do Senado**. Não tenho nada contra a propaganda, até porque ela é promovida pelo Governo Federal - não sei se isso teria algo a ver -, pela Eletronorte, com a chancela do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras. Portanto, Sr. Presidente, como tenho recebido há três dias essa publicidade, indago à Mesa do Senado qual a razão da coincidência de eu, após ter denunciado na semana passada a questão do Ministério dos Transporte - e o Sr. Porfírio Carvalho ser o Coordenador do Projeto Waimiri-Atroari -, estar recebendo tal propaganda.

Por fim, Sr. Presidente, apresentei hoje - inclusive já foi lido - um requerimento de informação para saber quanto foi pago de indenização pelos Governos do Amazonas e de Roraima pelo asfaltamento da BR-174, no trecho da reserva Waimiri-Atroari.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro a minha posição, não questionando que devemos - e devemos sim - apoiar ao máximo todas as etnias indígenas existentes neste País. Mas penso que não podemos continuar fazendo um verdadeiro **apartheid** étnico. O lamentável nessa publicidade por mim mostrada, é que o Governo Federal - e são órgãos do Governo Federal -, na matéria intitulada "Uma Nação Volta a Nascer", chama as etnias Waimiri-Atroari de "nação". Eu, como brasileiro, só conheço, dentro dos limites do Brasil, uma nação, que é Nação brasileira.

Sr. Presidente, fica aqui o meu registro. Que conclua a fase administrativa das minhas providências e que seja liberado o tráfego do trecho da BR-174 que passa pela reserva. Após isso, caso não se verifique um andamento, já que a própria Polícia Rodoviária Federal admite não ter cabimento, inclusive admite que os próprios índios desejam diminuir esse prazo de interdição, espero poder entrar com uma medida judicial que permita aos brasileiros do Amazonas, os de Roraima e os de outros Estados percorrer aquele trecho da BR-174, enfim, terem o direito constitucional de ir e vir.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado Federal **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da Frente Liberal /RR) **Data:** 26/02/2002

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a BR-174, rodovia federal que corta o Estado do Amazonas, unindo a sua capital à capital do meu Estado, Roraima, e que vai até a fronteira com a Venezuela, há muitos anos vem sendo interditada, tendo seu trânsito impedido das 18h do dia até às 6h da manhã do dia seguinte dentro da reserva dos índios Waimiri Atroari

Encaminhei requerimento ao Ministro da Justiça, que, por sua vez, o dirigiu à Funai, sobre as bases legais para esse fechamento. A Funai respondeu tratar-se apenas de uma delegação que o Exército havia feito aos índios e que, portanto, embora sem nenhuma base constitucional ou legal, estava sendo mantido o fechamento da estrada.

Então, no dia 13 de novembro, fiz um requerimento ao Sr. Ministro dos Transportes, e este foi encaminhado pela Mesa do Senado no dia 4 de dezembro. O Sr. Ministro teria, de acordo com o art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, trinta dias para responder. No entanto, S. Ex^a levou do dia 4 de dezembro até o dia 22 de fevereiro, mais de dois meses, para fazê-lo. Descumpriu a Constituição para responder e respondeu o quê? A resposta do Ministro está vazada nos seguintes termos, dirigida ao Senador Carlos Wilson, 1º Secretário do Senado Federal:

Senhor Secretário,

Reporto-me ao Ofício nº1.631-SF/2001, no qual V. Ex^a transmite cópia do Requerimento nº666/ 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti, sobre a interdição da BR-174 na divisa entre o Estados de Amazonas e Roraima.

A respeito, informo ao ilustre Secretário que, apesar das diversas tentativas do DNER, deste Ministério e de parlamentares, não foi possível liberar o tráfego, em tempo integral, na citada rodovia, nos limites da reserva indígena waimiri-atroari.

Cabe ressaltar, entretanto, que está tramitando nesta Pasta o Processo nº 51100.001579/2001-20, que objetiva a criação de uma "Comissão Interministerial", visando encontrar solução para o problema.

Ora, Sr. Presidente, além de descumprir o prazo constitucional de resposta, o Ministro não responde de maneira adequada, dizendo não ter sido possível desobstruir a estrada. Trata-se de uma rodovia federal que corta uma reserva indígena. É uma terra federal, e o Ministério não encontra mecanismos para permitir o tráfego permanente, sem dizer o porquê, sem apresentar razões que tenham embasamento legal ou, ao menos, que justifiquem essa interdição.

Solicito à Mesa do Senado providências, para que, efetivamente, não fiquemos aqui – desculpem-me o termo – fazendo papel de "palhaço", principalmente perante a opinião

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

pública do meu Estado. O Ministério não encontra solução e, como diz o ditado popular, quando não se quer encontrar solução, forma-se uma comissão. É exatamente isto que o Ministro está fazendo: formando uma comissão interministerial para decidir sobre a liberação do tráfego numa rodovia federal, que corta uma terra federal, uma reserva indígena que pertence à União.

Deixo aqui o meu protesto e solicito à Mesa do Senado que tome providências mais enérgicas, já que não me cabe como Parlamentar, individualmente, fazer mais do que já fiz. Oficiei pessoalmente ao Ministro, apresentei requerimento formal, obtive sua aprovação e recebi esse tipo de resposta, que, na verdade, é um sofisma, uma enganação, que prejudica a população do meu Estado e que não pode deixar de me indignar.

Quero dizer que, além das providências solicitadas à Mesa do Senado, pretendo ajuizar pessoalmente uma ação judicial, para que se faça cumprir a lei, no sentido de permitir o direito de ir e vir, do livre trânsito, numa rodovia federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DISCURSOS PROFERIDOS PELO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
NO ANO DE 2001****Pronunciamento Completo**

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 11/12/2001

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dias anunciei desta tribuna que passaria a votar contra todas as matérias de interesse do Poder Executivo. Já comuniquei ao Líder do meu Partido que minha decisão não é pessoal, mas do interesse da população do meu Estado que vem sofrendo, ao longo dos sete anos do Governo do Presidente Fernando Henrique, as conseqüências da ação nefasta que vem desenvolvendo a Funai, comandada por instituições não-governamentais, no que tange à desmesurada demarcação de terras indígenas. Como disse naquela ocasião, já não se trata de demarcar. Demarcadas, delimitadas e pretendidas já se encontram 57% da área do meu Estado. Agora, a Funai está partindo para a ampliação das áreas já demarcadas. Quer dizer, daqui a pouco todo o Estado de Roraima pertencerá a 7% de sua população, ou seja, à população indígena.

Hoje, votei contra a matéria de interesse do Governo, contra a PEC que versava sobre os combustíveis. Repito, sem entrar no mérito, que se trata de uma posição simbólica contra a medida.

Quero também lembrar, novamente, um problema que já trouxe a esta tribuna, um outro absurdo, que é a interdição, o fechamento de uma rodovia federal, a BR-174, que liga o meu Estado ao Amazonas, que é fechada, diariamente, a partir das 18 horas, até as seis horas da manhã do dia seguinte.

Essa estrada atravessa uma reserva indígena. Ora, reservas indígenas são terras da União e uma rodovia federal também pertence à União. Portanto, é um contra-senso que aconteça esse fechamento. E o pior, Sr. Presidente: a resposta que recebi da Funai é a de que não foi ela que fechou a estrada, que teria sido o Exército brasileiro durante a construção da mesma. Depois, o Exército teria delegado aos índios o direito de fechar essa estrada.

Como isso não tem cabimento, e baseei-me num estudo feito pela Consultoria Legislativa do Senado, que diz não haver amparo legal para isso, enviei um ofício ao Sr. Ministro da Justiça, datado do dia 13 de novembro, solicitando informações e pedindo providências para que essa situação fosse resolvida. Até hoje, não recebi uma resposta concreta, Sr. Presidente, mas apenas evasivas dizendo que o assunto foi enviado para a Polícia Rodoviária Federal, que até o momento não devolveu as informações.

Nesse mesmo dia, encaminhei um ofício ao Sr. Ministro dos Transportes pedindo, igualmente, providências, porque a estrada, sendo federal, está afeta àquele Ministério. Da mesma forma, não recebi resposta do requerimento, datado do dia 13 de novembro.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Do Ministério dos Transportes recebo apenas a comunicação de que está aguardando informações do 1º Distrito Rodoviário, localizado em Manaus.

Sr. Presidente, resolvi fazer o requerimento, oficialmente, por intermédio da Mesa do Senado, tanto ao Ministro da Justiça quanto ao Ministro dos Transportes, pedindo providências, já que não há amparo legal para o fechamento da estrada, para que ela seja reaberta ao tráfego normal. Ainda há tempo, porque o Ministro tem 30 dias para dar resposta. Espero que agora, por força de lei, tanto o Ministro da Justiça, que já é outro, como o Ministro dos Transportes dêem uma satisfação.

Sr. Presidente, isso mostra o quanto o Senador, que é eleito, é pouco levado em conta pelos Srs. Ministros, que não são eleitos, e por seus funcionários, do segundo ou terceiro escalão, como o Presidente da Funai, que também não é eleito. Como representantes do povo, ficamos numa situação vexatória.

Mesmo sendo de um Partido da base do Governo, como posso votar a favor das matérias de interesse do Governo, se esse mesmo Governo, por meio de um órgão seu, de segundo ou terceiro escalão, promove em meu Estado um verdadeiro **apartheid** interétnico e intra-étnico, porque não é apenas entre índios e não-índios, mas também entre índios e índios, porque a maioria dos índios de Roraima não concorda com esse tipo de procedimento que está sendo adotado lá.

Sr. Presidente, novamente, rogo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que seja colocada em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de minha autoria, que tenta regulamentar essa situação no que tange à demarcação de terras indígenas, às dimensões, dando uma redação que permita, inclusive, que todas essas portarias sejam examinadas pelo Senado, porque não é possível que haja um confisco de terras dos Estados pela União e nós sequer tomemos conhecimento. Basta o laudo de um simples antropólogo, pertencente a uma ONG, contratado pela Funai para que isso seja a maior verdade, que sobrepuja a tudo. Portanto, é necessária a aprovação dessa emenda constitucional.

Mas, Sr. Presidente, atento ao tempo que me resta, quero fazer, ainda sobre a Funai, um comentário. Quando assumi meu mandato, em 1999, apresentei um projeto propondo a extinção da Funai por absoluta desnecessidade da existência do órgão. Recentemente, foi publicada uma matéria mostrando como está a estrutura da Funai: de cerca de 1.500 funcionários que a Funai possui, apenas cerca de 330 estão, digamos assim, nas aldeias indígenas. O restante está nas capitais, aqui em Brasília, ganhando salários exorbitantes, e, o que é pior, falando em nome dos índios sem consultá-los.

No dia 1º de novembro, o ainda Ministro José Gregori baixou uma portaria criando um grupo de trabalho especial para propor medidas de reestruturação da Funai, para aprimorar o seu desempenho institucional. S. Exª elencou um número de representantes de diversos órgãos, como, por exemplo, do Ministério da Justiça, dois representantes da Funai, um representante do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio, um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante de gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um especialista em assuntos indígenas de livre escolha do Ministro da Justiça.

No dia 12 de novembro, Sr. Presidente, publicou-se a designação dos nomes. Não há um índio sequer entre os que vão estudar a reformulação da Funai. Isso é o mesmo que criarmos aqui uma associação feminina composta apenas por homens.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

A Funai peca, inclusive, nesse aspecto, porque há muita gente se dizendo procurador dos índios sem ter recebido deles procuração; há muita gente falando pelos índios sem ser índio. O termo "indigenista" está na moda, como "ambientalista". Pessoas se intitulam indigenistas e falam em nome dos índios.

Da tribuna do Senado, faço um apelo ao Senhor Presidente da República e ao Ministro da Justiça para que inclua, ao menos de modo paritário, os índios nessa comissão que vai estudar a reestruturação da Funai e que, ao final, aproveite a oportunidade para determinar que esse órgão seja dirigido por um índio. Sendo a Funai uma Fundação Nacional do Índio, quem melhor do que o próprio índio para cuidar dos seus direitos e interesses? Não podemos pensar, por exemplo, em criar uma associação para a defesa dos negros e colocar ali uma pessoa de cor branca que não tenha nada a ver com a raça afro-brasileira.

Faço novamente esse registro, protestando contra essa forma de atuação da Funai, que, em meu Estado, está demarcando áreas que não pertenciam aos índios. Eles deslocam os índios de uma região para a outra. Depois de pouco tempo, ocorre a visita de um antropólogo, paulista ou carioca, que realiza um estudo "infalível", que acaba sendo adotado pela Funai e pelo Ministro da Justiça e é, finalmente, homologado pelo Presidente da República.

Precisamos fazer com que o Senado passe, como deve passar, a ter o direito de analisar essas portarias. Não analisamos empréstimos para os Estados? Não analisamos a escolha de diretores do Banco Central, de diretores de agências reguladoras? Por que não fiscalizamos a demarcação de reservas ecológicas ou indígenas, de parques nacionais, que representam terras que os nossos Estados perdem sem que os representantes dos Estados sequer dêem uma opinião?

Sr. Presidente, essa portaria, além de não prever uma representação paritária dos índios, também não indica um membro do Poder Legislativo. Com certeza, quando esse grupo encerrar seu trabalho, haverá uma medida provisória do Presidente da República promovendo a nova estruturação da Funai, e nós não teremos margem nenhuma para modificá-la.

De novo, iremos apenas mudar a denominação desse órgão, que é um malefício não somente para a Região Amazônica, onde ela mais malefícios causa, mas também para as Regiões Centro-Oeste e Nordeste, que vem provocando uma desagregação, repito, não só interétnica, entre índios e não-índios, como também intra-étnica, entre índios. Por exemplo, no meu Estado, muitos índios que são de comunidades evangélicas não concordam com essa orientação dada pelo Conselho Indigenista Missionário, que comanda todo esse processo e é ligado à Igreja Católica.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Pronunciamento Completo

Casa: Senado Federal **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da Frente Liberal /RR) **Data:** 06/12/2001

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por feliz coincidência, usou a palavra antes de mim a Senadora Marluce Pinto, pela Liderança do PMDB, falando sobre tema que eu me havia preparado para abordar no dia de hoje. A eminente Senadora Marluce Pinto, que está no Senado Federal há onze anos, insistentemente vem batalhando para encontrar uma solução harmônica para o problema relativo às terras indígenas e às terras reservadas ao restante da população do Estado de Roraima.

O problema existente no Estado de Roraima precisa, realmente, ser analisado com mais carinho, sem preconceitos e com isenção, porque não é possível que um Estado, detentor da terceira população indígena do País, possua, disparadamente, a maior quantidade de terras destinadas às reservas indígenas. Deve-se, no mínimo, desconfiar que algo, além simplesmente da defesa dos índios, está em causa.

Sr. Presidente, não se trata apenas da delimitação de terras já realizada. Destina-se, agora, à ampliação das terras já demarcadas. A Senadora Marluce Pinto falou sobre a região do Anaro. Esse é um caso típico de índios retirados de terras já demarcadas e mobilizados para novas áreas. Portanto, parte-se para uma ampliação da área já demarcada e delimitada. Esse processo está sendo realizado, igualmente, em outras regiões, como na Tabalascada, em Canoani, na Serra da Moça, no Truaru e na região do Morcego. Essas são áreas já demarcadas, e o pessoal da Funai tem tentado, obstinadamente, convencer os índios da importância de adquirirem mais terras e de ampliá-las.

É lamentável que, conforme os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, nada possa ser legalmente realizado. Basta um antropólogo, contratado pela Funai e a serviço de uma ONG, dar um laudo, que este certamente será superior a qualquer ação judicial, a qualquer providência que um representante dos Estados possa tomar no Senado Federal. Isso realmente é um absurdo.

Eu, inclusive, começaria o meu discurso fazendo uma análise de uma matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em 2 de dezembro deste ano, que diz: "Governo quer o fim do paternalismo da Funai". Portanto, o Governo já designou uma comissão que vai estudar a reestruturação da Funai.

Sr. Presidente, quando assumi meu atual mandato de Senador em 1999, a primeira coisa que fiz foi apresentar um projeto autorizativo, propondo a extinção da Funai. Para minha surpresa, não houve nenhuma reação de nenhuma ONG contra essa proposta de extinção da Funai. Por isso, fiquei, como diz o povo, com "a pulga atrás da orelha", já que, toda vez em que se faz algo que possa ser, de leve, interpretado como contrário aos índios, logo se é tachado de genocida, de inimigo dos índios, de inimigo das ONGs, de

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

inimigo da sociedade civil. Então, a maioria fica retraída, numa espécie de acuamento, com medo mesmo de expor uma verdade que está fazendo muitas pessoas sofrerem.

No meu Estado, a situação começou com a retirada dos garimpeiros, e a sociedade entendeu que os garimpeiros poderiam efetivamente promover malefícios não só ao meio ambiente, como também aos índios, etc. Foi demarcada uma extensa área para os índios ianomâmis: nove milhões de hectares só no meu Estado para quatro mil índios ianomâmis. Tiraram dali os garimpeiros, muito bem. Depois, vieram os fazendeiros. Na verdade, em Roraima, não há fazendeiro, não há ninguém que tenha mais do que três mil reses; a maioria absoluta é formada por pequenos criadores, que possuem em torno de 200 a 300 reses. Tiraram os fazendeiros de uma extensa área pretendida pela Funai, área tradicionalmente habitada por criadores de gado. Tiraram dali os fazendeiros e, agora, estão tirando os arroteiros. Roraima, que é um dos maiores produtores de arroz, com maior índice de produtividade da região, agora está vendo seus arroteiros ameaçados.

Mais recentemente, estão impedindo o Exército de construir um pelotão numa fronteira litigiosa, perigosa, entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil. Todo mundo sabe que a Venezuela contesta há muito tempo uma grande área que faz fronteira com nosso País, contesta o domínio da Guiana sobre essa área – quer dizer que essa é uma área em litígio. Uma entidade chamada Conselho Indigenista de Roraima (CIR) mobilizou os índios. É preciso dizer que foram mobilizados apenas alguns índios, porque, na verdade, a maioria dos índios de Roraima não aceita isso. Vou citar aqui o exemplo de vários índios que pertencem a entidades formadas por eles próprios, como a Sociedade de Defesa dos Índios (Sodiu), a Associação Regional Indígena do Rio Quinô, Cotingo e Monte Roraima (Aricon), a Alidcir. Esses índios que não rezam nessa cartilha fundamentalista talibânica dessas outras entidades não são ouvidos.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Já lhe concedo o aparte, Senador Lúdio Coelho.

Essa matéria que trata da Funai diz o seguinte:

Com quase 30 anos de atraso, o Governo pretende modificar a política indigenista do País, para tentar acabar com o paternalismo existente na Fundação Nacional do Índio (Funai). Antes de deixar o cargo, o ex-Ministro da Justiça, José Gregori, criou uma comissão interministerial, com a participação da sociedade civil [sociedade civil agora virou coqueluche, mas é algo amorfo, amplo, indefinido, é a nova moda para acobertar uma série de instituições que, às vezes, são formadas por apenas uma, duas ou três pessoas com o mesmo pensamento], para delinear os rumos da instituição, que hoje gasta quase R\$6 milhões em assistência social para índios [quer dizer que estão combatendo o fato de a entidade gastar R\$6 milhões em assistência social para os índios], R\$2 milhões a mais que o valor utilizado para a fiscalização das terras indígenas.

Observem que querem priorizar a fiscalização das terras indígenas em detrimento da assistência social efetiva aos índios. O ser humano índio é menos importante do que as terras ditas indígenas.

E diz mais a matéria:

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Não é a primeira vez que o Governo tenta acabar com o assistencialismo da Funai. Outros Presidentes da instituição e Ministros da Justiça já procuraram modificar a política indigenista brasileira, mas esbarraram na resistência de grupos acostumados com as facilidades oferecidas nos últimos anos. O resultado foi um só: acabaram destituídos pelos próprios índios e desistiram do cargo por causa do desgaste.

Lerei mais um trecho e gostaria de pedir que o artigo constasse na íntegra como parte de meu pronunciamento. O artigo diz que a Funai tem 1.009 cargos de confiança, quase o dobro da Polícia Federal, e que, desse total, 190 estão em Brasília, mas que só 10% do quadro tem nível superior. Mais adiante, é dito:

A distribuição dos funcionários da Funai também apresenta uma desigualdade em relação a outros órgãos públicos. Cerca de 1.650 funcionários da instituição estão lotados nas áreas urbanas e apenas 339 trabalham nas áreas indígenas.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que o artigo, que não lerei totalmente, constasse como parte de meu pronunciamento, pois desejo tecer alguns comentários, a fim de ilustrar melhor essa situação.

Precisamos ficar alertas quanto à reestruturação da Funai, que, na verdade, assume a culpa por atos que nem sempre pratica. Atualmente, quem comanda a política indigenista no Brasil, de fato, são as organizações não governamentais, que cuidam da demarcação de terras, da fiscalização e da saúde dos índios. O Governo libera milhões de reais por mês para entidades não governamentais cuidarem da saúde dos índios, abrindo mão, no meu entender, até ilegalmente, do preceito constitucional que obriga o Estado a cuidar da saúde de todo cidadão, principalmente da dos índios.

Os 325 mil índios existentes no Brasil são, na verdade, manipulados por essas instituições. E nem sequer são ouvidos. O artigo menciona a sociedade civil, mas não diz, por exemplo, que há uma representação equitativa dos índios para falar por eles e saber o que realmente querem de uma futura nova Funai.

O que existe é um trabalho de incentivo à separação interétnica, entre índios e não-índios, e até intra-étnica, pois aquela etnia índia que não aceita esse tipo de coisa é marginalizada. Em meu Estado, há a famosa Raposa/Serra do Sol, que, na verdade, é uma fabricação, pois são áreas distintas: uma área é Raposa, e a outra é Serra do Sol. Mas os "ongueiros" resolveram dizer que se tratava de uma mesma região. E hoje, mundialmente, fala-se na famosa e pretendida reserva indígena Raposa Serra do Sol.

A Senadora Marluce apelou para que nos uníssemos. Eu apelo para que realmente nos unamos mais para lutar contra isso e para que tenhamos atitudes mais ousadas. S. Ex^a acabou de dizer que fez um relato ao Ministro da Justiça, que era Secretário-Geral da Presidência da República até há pouco tempo, numa reunião em que estávamos presentes também eu e o Governador. Sei que S. Ex^a já fez milhares de relatos, eu já fiz outros tantos, e não obtivemos resultado. Ficamos nesta Casa votando a favor do Governo, que patrocina, no fim, atos contra o nosso Estado.

Mesmo sozinho, a partir de hoje, voltarei a fazer o que já fiz – suspendi minha atitude de dar um crédito de confiança justamente ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira, quando era Secretário-Geral da Presidência da República, e ao Ministro Parente, Chefe da Casa Civil

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

–: abster-me-ei de votar em todos os projetos de interesse do Governo. A partir de hoje, declaro publicamente que me absterei de votar em todos os projetos de origem do Executivo; ou melhor, votarei contra todos eles. Votarei contra, porque não posso ficar a favor de um Governo que está acabando com o meu Estado, que está entregando o meu Estado à política de uma meia dúzia de organizações não-governamentais.

Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto, não fiquei apenas na indignação e nos relatos. Também apresentei uma proposta de emenda à Constituição que recebeu parecer favorável do Senador Amir Lando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na minha proposta, sugeri que todos os atos de demarcação de terras indígenas e ecológicas e de parques nacionais fossem apreciados pelo Senado Federal, porque o Governo Federal está tirando um pedaço de terra do Estado de maneira unilateral. Essa questão do contraditório é muito relativa, não há espaço para o contraditório. O Senado, que representa os Estados, deveria, assim como aprecia empréstimos para os Estados, apreciar todas as propostas de criação de reservas ecológicas e indígenas, a fim de que os Senadores de todas as correntes ideológicas possam debater e, ao fim, aprovar ou não o trabalho de levantamento feito. Propus também, de maneira aceitável, que cada Estado da Federação pudesse ceder até 30% de sua área para esses espaços; o restante, para outros brasileiros – brancos, negros, amarelos – que vivem nessas regiões. O Senador Amir Lando acolheu a minha proposta e fez algumas alterações, e o Senador José Eduardo Dutra pediu vista. É lamentável que estejamos tornando ideológico esse problema, pois estamos causando o sacrifício de milhares de pessoas e, acima de tudo, o entrave de um desenvolvimento que deveria ser harmônico entre índios e não índios. Os indígenas não são ouvidos. Tenho testemunhas de que, no caso da ampliação das terras indígenas, o pessoal da Funai está convencendo os índios acerca da importância dessa ampliação. Não são os índios que estão demandando a ampliação. Na próxima semana, haverá uma reunião na área de Serra da Moça, Truaru e Morcego, com documento já levado pela Funai e pelo Cir para que os índios assinem e digam o que querem.

É um absurdo. Estou indignado e, a partir de hoje, votarei contra todos os projetos de origem do Poder Executivo, como um protesto do meu povo contra essa situação.

Concedo, inicialmente, o aparte ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, há poucos dias fiz um pronunciamento no Senado tratando desse assunto. Só não tratei da decisão de V. Ex^a de não votar mais com o Governo. Tenho a impressão de que ela poderia ser reexaminada. Esses conflitos que estão surgindo devem ser tratados como V. Ex^a está fazendo, com muita seriedade. Deveríamos cobrar do Executivo uma posição definida sobre o assunto. Este meu aparte é mais um depoimento que prestarei ao Senado da República. No meu Estado – em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso – não houve qualquer tipo de conflito entre índios e não índios que seja do conhecimento da geração atualmente viva. Os conflitos ocorreram há séculos, de que eu tenha conhecimento. Hoje, no meu Estado, estão ocorrendo coisas incríveis. O relacionamento dos índios com os não índios é da melhor qualidade. No entanto, na colônia de Dourados – onde o Presidente Vargas fez o maior assentamento da história do nosso País e talvez da humanidade, loteando uma área enorme e entregando a agricultores, por volta de 1943 a 1945, áreas de 15, 20 e 25 hectares –, há muitas famílias trabalhando. Mas, há dois anos, inventaram que aquela área é terra de índios. Esses agricultores vêm exercendo a sua

atividade em Panambi, que conheço pessoalmente, há mais de meio século, sem nenhuma providência que demonstrasse que aquelas terras pertenciam aos índios antigamente. Agora, em Sidrolândia, também estão seguindo essa mesma orientação que V. Ex^a relatou, de fazerem levantamentos, contrariando o que prescreve a Constituição, que manda respeitar terras que estejam sendo habitadas por indígenas e não procurar terras que, eventualmente, foram ocupadas por índios há séculos. Se se seguir essa linha de pensamento, o País todo deve pertencer aos índios, porque os descobridores da América encontraram as terras ocupadas por índios. Na semana passada, no Município de Antônio João, um fazendeiro de 84 anos que está na região há mais de 60 anos, o qual conheço pessoalmente, teve o filho de 52 anos agredido por um grupo de indígenas acampados numa ponta da fazenda, muitos vindos do Paraguai. Temos de tomar uma providência para que nossa convivência seja mais adequada. Não há clima para brigas entre irmãos. Os próprios indígenas que estão fazendo levantamento de área na região não querem conflito. A responsabilidade de definir adequadamente terras efetivamente pertencentes aos índios é nossa. Existe um decreto, cujo número não me lembro agora, que está sendo usado para justificar que em todas as terras onde exista qualquer vestígio de ocupação anterior por povos indígenas lhes pertence. Senador Mozarildo Cavalcanti, considero o pronunciamento de V. Ex^a muito pertinente, e deveríamos trabalhar para encontrar uma solução, a fim de não termos mais conflitos com nossos irmãos indígenas. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a conhece de perto esse problema em seu Estado. Se V. Ex^a observar essa situação no mapa do Brasil, verificará que o problema está assumindo proporções insustentáveis, especialmente na Amazônia.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte à Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a disse que, muitas vezes, não é a Funai que fiscaliza, mas as ONGs. Pasmem V. Ex^{as}, na portaria a que me referi, estão designados cinco técnicos para fazer o levantamento da nova área que pretendem demarcar. Os dois primeiros fazem parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, quer dizer, são remunerados em dólar. Quanto aos outros três, apenas se sabe que um se chama José Raimundo Batista, técnico em agropecuária, e que o outro será designado pelo Incra. Todos sabemos que há, por parte de autoridades do exterior, grande interesse por nossa Amazônia. Como a Funai assina uma portaria demarcando nova área indígena, contígua à outra, e ainda nomeia cinco pessoas, das quais duas são desse programa e a terceira faz parte da divisão fundiária da Administração Executiva Regional da Funai, em Manaus? Quer dizer, as áreas de Roraima serão demarcadas, mas não por um técnico ou representante do Governo do Estado ou da Assembléia. Isso nos deixa bastante preocupados, porque, se eles estão designados, eles vão tomar a iniciativa. Por isso, fui rapidamente ao Ministro. Como tinha no meu arquivo um mapa da demarcação de todas as terras de Roraima e as pretendidas, levei-o para o Sr. Ministro. S. Ex^a me solicitou um relatório completo, que já mandei elaborar. Levarei à apreciação não só dos representantes de Roraima no Congresso Nacional, como também da Presidência desta Casa para, quem sabe,

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

podermos aprovar o projeto de V. Ex^a em regime de urgência urgentíssima. Também relembro, para que os demais Senadores tenham conhecimento, que V. Ex^a citou que há várias áreas pretendidas, todas localizadas no norte do Estado, e que eles, achando que toda Região Norte ainda é pouco, já estão partindo para a Região Sul. V. Ex^a sabe muito bem que já há índios na região dos Municípios de São João da Baliza e do Caroebe, da comunidade Wai-wai, que vieram do Pará. São índios do Pará, já localizados na nossa região, e a Funai está pretendendo demarcar aquela região como sendo área indígena. Era essa a complementação que gostaria de fazer, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senadora Marluce Pinto, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Reitero que não apenas nós, de Roraima, como todos da região Amazônica devemos nos unir, porque é preciso fazer uma análise desapassionada do problema e fazer justiça. Sou plenamente a favor de que os índios tenham suas terras e lá se estabeleçam. Conheço a maior parte dos índios de Roraima que vivem nas proximidades de Boa Vista. Eles são produtores de hortifrutigranjeiros e os vendem na feira, em Boa Vista, inclusive utilizando caminhões fornecidos pelo Governo do Estado, que vão buscá-los semanalmente. Quem for à Feira do Produtor em Boa Vista verá que a maior parte dos produtos é vendida pelos índios, que, depois da feira, voltam para as suas terras.

O Sr. Amir Lando (PMDB - RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) - Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB - RO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, temos de repetir esse tema, pois ele precisa ser refletido pelo Congresso Nacional. Infelizmente, somente nós da Amazônia sentimos, porque sentimos na carne o peso de uma política equivocada, de uma política errônea, que não tem nada a ver com o humanismo do índio, que não tem nada a ver com a preservação do índio, a não ser com o seu extermínio. Cito o exemplo dos Karipunas, que hoje conta com onze representantes. Na década de 40, foram índios belicosos, quando da abertura da Madeira-Mamoré, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim. Há um tempo ainda recente, foram uma nação pujante. Hoje, mesmo sendo onze, e têm uma reserva incompatível. Não sou contra reserva, mas não adianta ter reserva e manter o índio na idade da pedra, na pré-história. Isso é um equívoco, é determinar o extermínio. Hoje ninguém resiste dentro de padrões fora de seu tempo. Por isso, é uma hipocrisia essa política, é uma falácia, um processo enganoso, e quem perde é o índio. Uma facção dos Uru-eu-wau-waus, que não eram mais do que 90 há seis anos – 6 ou 7 anos –, integraram-se, estão produzindo café, leite, criando gado, e hoje são mais de 300, já chegando a 400. O índio que vive dentro de uma casa com luz elétrica, serviços que a tecnologia oferece, tem tudo para aumentar a sua população. Mas o que se quer é criar o conflito, a confusão, como se aconteceu em Mato Grosso e acontece em Rondônia. Quer dizer, de repente se quer colocar o índio onde ele não está, e se cria um confronto entre os atuais ocupantes e ele, que teria sido o ocupante histórico. O **habitat** indígena há muito não existe. Ele foi quebrado, sobretudo na Amazônia, – nem vamos falar do Sul – desde que o branco dominou os rios, cortou as vias de um relacionamento inclusive evolutivo, comercial, tecnológico, claro que dentro da sua estrutura. Tanto é que esse **habitat** foi quebrado que, se voltarmos a olhar os instrumentos de trabalho... Vou

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

encerrar, Sr. Presidente, mas o tema é realmente apaixonante. É preciso dizer à Nação que tem de se acabar com essa mentira! Devemos parar de fazer uma interpretação errônea. Eu dizia que os instrumentos d'arte daquela época, os produtos fabricados pelo índio, tinham uma qualidade muito superior aos de hoje, porque o índio está em um processo de involução, de destruição. Vamos acabar com ele. Há um genocídio sendo praticado contra o índio. As nações mais desenvolvidas, aquelas que já não têm nenhum impulso reprodutivo capaz de apresentar uma perspectiva genética para as gerações futuras, querem apenas um banco genético preservando essas espécies raras. Isso é um crime contra eles, que tinham o direito de viver, de crescer, de se desenvolver e se integrar, para, um dia, serem como os demais povos indígenas da América Latina, por exemplo, onde você realmente encontra uma população indígena mais expressiva. Aqui, não, aqui há o extermínio. Nós estamos querendo, com uma posição realmente hipócrita, defender, mas estamos destruindo os povos indígenas. Essa é a verdade brutal, e tudo isso em nome exatamente da conquista do território nacional para outros interesses contrários àqueles dos brasileiros.

A Sr^a. Heloísa Helena (Bloco/PT - AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) - Sr. Presidente, eu apelo para a compreensão de V. Ex^a, mas não gostaria de encerrar sem antes ouvir a nossa querida Senadora Heloísa Helena.

A SR^a Heloísa Helena (Bloco/PT - AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, respeito a posição exposta por V. Ex^a em seu pronunciamento porque entendo que o Senado, embora nem sempre represente e lute pela democracia brasileira - pois não existe democracia sem justiça social -, sendo uma Casa plural, permite e dá importância ao fato de que um Senador vá à tribuna e traga um tema de alta complexidade como esse. Faço esse aparte, primeiro, para fazer um pequeno reparo ao pronunciamento de V. Ex^a, quando cita o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Pediu vista.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT - AL) - E diz que é uma pena que a isso acabe sendo dado uma caracterização ideológica. V. Ex^a e todos nós sabemos que um pedido de vista pelo prazo de cinco dias é um instrumento regimental utilizado por todos nós. Não se trata de um mecanismo protelatório, até porque nem força temos para estabelecer mecanismos protelatórios para rolar projetos por várias comissões, como muitas vezes faz a maioria da Casa faz, aprovando requerimento que inunda várias Comissões ao mesmo tempo. Então, de fato, não se trata de um mecanismo protelatório, mas da necessidade objetiva de procedermos ao debate. É uma discussão complexa, polêmica. Evidentemente, não diremos agora que são os índios que estão tomando as terras dos brancos, contrapondo-nos à própria história da nossa civilização. A Oposição tem uma gigantesca preocupação com os espaços dos povos indígenas, até mesmo em face da necessidade de cumprimento da lei. Além disso, elabora propostas concretas para garantir o desenvolvimento sustentado e a situação do pequeno e médio produtor rural no nosso País, tema sobre o qual, pelo Bloco da Oposição, iremos falar ainda. Saliento que a irresponsabilidade do Governo para com o pequeno e médio produtor rural do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não se deve à questão dos povos indígenas. Senador Mozarildo Cavalcanti, faça apenas um pequeno reparo O Senador José Eduardo Dutra não está

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

aqui para aparteá-lo, pois está hospitalizado, mas pediu vista da matéria simplesmente na perspectiva de possibilitar a discussão. Não é um projeto simples, mas uma proposta de emenda constitucional. Portanto, diante da complexidade trazida à Casa pelo tema, é fundamental que nós, representantes dos Estados da Federação, possamos discuti-lo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senadora Heloísa Helena, faço um reparo ao reparo de V. Ex^a. Na verdade, não faz cinco dias que o Senador José Eduardo Dutra pediu vista da matéria. S. Ex^a o fez no dia 7 de novembro. Portanto, já vai completar um mês.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador, até porque tenho obrigação de conhecer o Regimento Interno, devo dizer a V. Ex^a que o prazo máximo de um pedido de vista é de uma sessão ordinária a outra. O fato de o projeto não ter sido colocado em pauta não tem nada a ver com o pedido de vista da matéria; a Comissão é que não o colocou na Ordem do Dia, já que o prazo máximo de vista são cinco dias.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Portanto, está há mais tempo do que isso com vista ao Senador José Eduardo Dutra. Mas, acredito que isso, Senadora Heloísa Helena, seja um problema de somenos importância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Mozarildo Cavalcanti, perdão por interromper V. Ex^a. Eu sei que o tema é muito importante, mas V. Ex^a já ultrapassou o prazo regimental em mais de 15 minutos. Peço a V. Ex^a que colabore com a Mesa, já que V. Ex^a é um dos guardiães do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Concluirei justamente dizendo que o problema não é o tempo - um mês ou dois meses - em que a matéria esteja em discussão; o mais importante é que ela seja efetivamente discutida e que esta Constituição seja alterada, para se resguardarem os direitos de todos. Acredito que não há justiça social com direitos somente de uns, contra o direito de outros. Tem de haver justiça igualmente para todos.

Para finalizar, gostaria de fazer um apelo que tenho repetidamente feito aqui: que o Presidente da República aproveite essa reforma da Funai e coloque, na sua direção, índios. O Presidente da Funai deve ser índio. Os diversos órgãos da Funai devem ter índios em seus quadros. Existem muitos deles até mesmo com curso superior, capazes de cuidarem de seus próprios interesses. É preciso deixar fora esses indigenistas residentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e até mesmo em outros países. É o apelo que faço, reiterando que, a partir de hoje, em função desse quadro, passarei a votar contra todas as matérias de interesse do Poder Executivo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(inserido na forma do art. 210 do Regimento Interno.)

Pronunciamento Completo

Casa: Senado Federal **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da Frente Liberal /RR) **Data:** 17/04/2001

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei conhecimento, há poucos dias, de um estudo do Sr. Hécio Marcelo de Souza, assessor técnico do Instituto de Estudos Socioeconômicos, o INESC, que mereceu minha atenção e, dada a pertinência do tema, creio que também merecerá a atenção dos nobres Colegas desta Casa. O estudo faz uma análise das políticas públicas para os povos indígenas, tomando como referencial o orçamento público para o ano 2000, tal qual consta do Plano Plurianual do Governo. O título do estudo é ***Políticas Públicas para Povos Indígenas: uma análise a partir do orçamento.***

Tomo a liberdade de trazer ao conhecimento dos Srs. alguns dados desse estudo, prometendo ser breve e conciso.

O orçamento prevê, para o ano 2000, um valor aproximado de 190 milhões de reais, para ações públicas com povos indígenas. Desse valor, 43% são destinados a gastos com pessoal e manutenção da Funai. O restante, quantia aproximada a 107 milhões de reais, está voltado para programas finalísticos.

Os programas finalísticos podem ser reunidos em dois grupos. Um deles é o **Território e Cultura**, com destinação de 18% dos recursos da área-fim. Nesse programa, integralmente desenvolvido pela Funai, estão contempladas a política fundiária e a proteção ao patrimônio cultural e ambiental das comunidades indígenas. Como se pode ver, aí estão as questões ditas estratégicas para o País e de responsabilidade exclusiva do Estado.

O outro grupo, intitulado **Programa Etnodesenvolvimento**, engloba ações ligadas à saúde, educação e auto-sustentação econômica das comunidades indígenas. A ele estão destinados cerca de 82% dos recursos das atividades-fim. Como sabem, as ações de saúde nas comunidades indígenas passaram, a partir do orçamento de 2000, a ser coordenadas pelo Ministério da Saúde, com execução descentralizada nos Distritos Especiais Indígenas de Saúde. As ações na área educacional, sob coordenação do MEC, também foram descentralizadas, submetidas ao novo modelo de estadualizar e municipalizar a educação. Quanto aos projetos de auto-sustentação, passaram a tomar a forma, recentemente, de fundos de projetos abertos, ressaltando-se aí a participação relevante de organizações indígenas e Organizações Não-Governamentais indígenas.

Como se pode perceber, Sr. Presidente, no **Programa Etnodesenvolvimento**, que leva 82% dos recursos previstos para atividades finalísticas, estão concentradas as ações que foram orçamentária e politicamente retiradas da responsabilidade da Funai e transferidas para a esfera de outros ministérios.

Esses são, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dois grandes programas que concentram as políticas públicas para nossos povos indígenas. É interessante, agora, acompanharmos o detalhamento do curso institucional e orçamentário das ações previstas nesses

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

programas, apresentado pelo Sr. Hélcio Marcelo de Souza, no estudo a que me referi no início do pronunciamento.

Vejam, primeiramente, alguns aspectos dignos de nota referentes ao **Programa Território e Cultura**. Foram gastos até 15 de setembro, com identificação e demarcação de terras indígenas e regularização fundiária de territórios indígenas, apenas 22% dos recursos previstos para 2000. " *As ações com pior execução até essa data foram as relativas à demarcação de terras, com apenas 8,3% de gastos.* " É com tais palavras que o autor do estudo assinala o fato. Nota ele ainda que o orçamento de 2000 para o item Terras Indígenas, no valor de pouco mais de 14 milhões de reais, é inferior à média orçamentária apresentada de 1995 a 1999, que foi de 19,7 milhões de reais por ano.

Em ações de fiscalização e vigilância das terras indígenas, haviam sido gastos, até o final de setembro, apenas 13% dos recursos previstos no orçamento de 2000, que é de 4 milhões de reais. Para 2001, projeta-se uma redução de 50% em tais recursos, o que pode vir a agravar situação que já não é das melhores.

Vejam agora alguns pontos que merecem destaque no **Programa Etnodesenvolvimento**. Os 82% de recursos do orçamento federal para projetos com povos indígenas ficaram assim distribuídos: 67% para saúde indígena; 3% para educação e 9% para auto-sustentação econômica.

O melhor índice de efetividade de gastos nesses projetos ficou com a área da saúde, que havia aplicado, até 15 de setembro, 62% dos recursos a ela destinados. Para o ano que vem, o orçamento apresenta um crescimento de 33% nas ações de saúde, o que reforça a prioridade que vem sendo dada, desde este ano, à saúde indígena.

Com um dos mais baixos volumes de recursos do orçamento federal para povos indígenas, as ações na área de educação haviam consumido, até 15 de setembro, apenas 17% do montante a elas destinado. No entanto, a demanda é visível: são 1.591 escolas indígenas e mais de 76 mil alunos matriculados no ensino de 1ª a 4ª séries. É verdade que outros recursos para a educação indígena estão diluídos no orçamento global do sistema de ensino do MEC. Mas, como cabe aos Estados e Municípios repassá-los às escolas indígenas, teme-se que, na prática, muito pouco chegue efetivamente às escolas.

Vejam agora como estão as ações públicas em apoio à construção de alternativas econômicas para os povos indígenas, capazes de lhes dar condições de suprir as novas necessidades advindas do contato com a sociedade nacional. Nesse campo, o Autor do estudo identifica duas linhas bastante distintas.

Uma delas está voltada para o apoio a projetos produtivos, sendo desenvolvida pela Funai. Esses recursos, na maioria das vezes, cobrem gastos com compras de sementes, insumos e equipamentos agrícolas. Da previsão total de 7 milhões de reais, foram executados 44%, até 15 de setembro. Tais atividades, enquanto alternativas econômicas de auto-sustentação, apresentam fragilidade gritante.

A outra linha de ação pública, de origem mais recente, são os chamados fundos públicos para projetos. Esses fundos, em sua grande maioria, são abastecidos com recursos oriundos de doação ou financiamento internacional, direcionados a projetos de desenvolvimento sustentado. O repasse é feito diretamente para instituições públicas e Organizações Não-Governamentais locais. Os fundos de projetos abertos aos povos

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

indígenas ainda são incipientes, mas podem vir a se tornar um importante instrumento de ação pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como prometi que seria breve em meu pronunciamento, vou tratando de finalizá-lo, com a certeza de que a análise apresentada, embora sucinta e limitada a alguns poucos pontos, contribuiu para termos uma visão mais aprofundada das relações públicas indigenistas implementadas pelo Estado brasileiro.

Não é demais lembrar que o Estado brasileiro encontra-se em momento particular de sua história, premido pela necessidade de redefinir seu tamanho, suas prioridades, seus agentes. Esse movimento afeta todas as políticas sociais, com desdobramento concreto na política indigenista do Estado.

Orientado para a redução de seu tamanho e tendo de reconhecer a emergência das Organizações Não-Governamentais e organizações público-privadas, parece natural que órgãos como a Funai sejam alvo de certo esvaziamento político e orçamentário.

No entanto, o que pode nos parecer natural num dado momento da história, pode se revelar, mais adiante, como um equívoco, um engano, um erro. Por isso é que são necessárias atenção e análise permanentes.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção!

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:** 10/04/2001
Federal Frente Liberal /RR)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, desta tribuna, li duas denúncias publicadas nos jornais: uma feita por uma organização não-governamental, a Comissão Pró-Yanomami, a respeito de experiências que estavam sendo feitas entre os índios ianômamis por instituições norte-americanas e a outra feita por um índio da tribo Macuxi, do leste de Roraima, denunciando que organizações não-governamentais estavam incitando índios de outras tribos contra os índios daquela região que não concordavam com a orientação dada por essas instituições.

Hoje, Sr. Presidente, fui surpreendido – creio que todos – com notícias publicadas nos jornais **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil**, informando que a Polícia Federal fez apreensão de minérios retirados, segundo a própria manchete, por índios no Amazonas. O texto diz:

A Polícia Federal e o Ibama apreenderam, na noite de domingo, dentro de um barco, sete toneladas de ametista e cerca de 300 gramas de tantalita, em Manaus (AM). Os minérios foram retirados ilegalmente das terras dos índios tucanos e baniuas.

O carregamento estava sob responsabilidade do vice-presidente da ONG Cooperíndio (Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro), o catarinense Adir Nagel Júnior, detido pelos agentes federais para prestar depoimento.

A Delegacia de Prevenção e Repressão a Crimes Fazendários e Ambientais abriu inquérito com base na Lei de Crimes Ambientais, que prevê detenção de seis meses a um ano e multa por extração de minerais em florestas de domínio público sem autorização da União. Além de Nagel Júnior, foi detido o minerador Olivaldo Cassemiro. O dono da embarcação, Armando Tanaka, entregou à Polícia Federal quatro notas fiscais avulsas emitidas pela Secretaria de Fazenda de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Conforme as notas, a tantalita foi comprada para José Lopes Filho, em nome da empresa Cia Industrial Fluminense, de São João Del Rey (MG). Foram pagos R\$11.762,00 pelos 300 kg.

As sete toneladas de ametistas foram vendidas por R\$5.340,00 para Arauto Passos Nunes, de Governador Valadares (MG). Os dois comerciantes não foram encontrados. A Folha não localizou a Cia. Industrial Fluminense até o fechamento desta edição.

A tantalita é um mineral raro, útil para o funcionamento de reatores nucleares, propulsores de aviões a jato e celulares.

Segundo o DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), só a perícia pode apontar o valor do minério apreendido.

Os índios ganharam de R\$2 a R\$8 pelo quilo do minério extraído. No mercado internacional, o preço da tantalita pode alcançar de US\$17 a US\$500, dependendo do

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

teor de nióbio e tântalo encontrado no mineral. Uma grama de ametista pode ser comercializada por cerca de US\$1.

"A exploração está garantida pela Constituição", declarou Nagel Júnior. Ele afirmou que cerca de 50 famílias indígenas participam da exploração de minérios nos rios Içana e Tiquié, em São Gabriel da Cachoeira.

O DNPM afirma que a exploração é ilegal.

Por telefone, o administrador da Funai em São Gabriel da Cachoeira, Henrique Vaz, disse à Agência Folha que pedirá a cassação da inscrição do CGC (Cadastro Geral de Contribuinte) da ONG Cooperíndio.

Sr. Presidente, às denúncias que relatei ontem desta tribuna – uma, patrocinada por uma ONG, que diz que instituições norte-americanas haviam feito experiências entre os índios ianomâmis, usando-os como cobaias, tendo vários deles falecido, outra, feita por um índio, que afirma que ONGs estão atuando em outras regiões, colocando índios contra índios – somam-se novas acusações. Minerais que pertencem à União estão sendo saqueados, retirados ilegalmente das terras dos índios, e, segundo matéria da revista **IstoÉ**, de fevereiro deste ano, índios estão ficando cegos. O título do artigo é justamente "Cegueira do Descaso. Infecção nos olhos se espalha entre os índios maku do Alto Rio Negro".

Esse é o retrato da situação em que se encontram as nossas reservas indígenas, os nossos índios e as ONGs que estão atuando no País. Não dá mais para ficar alheio a esta questão. Na região de São Gabriel da Cachoeira, além da ocorrência de contrabando de minerais estratégicos, índios estão abandonados na questão da saúde, ficando cegos pelo tracoma.

E mais: a guerrilha colombiana, segundo o jornal **A Crítica**, de Manaus, do dia 31 de março, publicou a seguinte matéria:

"Guerrilha Colombiana. Farc recruta amazonenses à força.

(...) A guerrilha colombiana marxista das Farc tem recrutado brasileiros e venezuelanos, denunciou o Exército ao informar a captura de um brasileiro que militava no grupo rebelde, detido na fronteira colombiano-brasileira. O Comandante da IV Divisão do Exército, general Arcesio Barrero, disse que o brasileiro identificado como João Franco Pinheiro, 20, natural da cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, foi capturado na região da selva de Barrancominas, departamento de Guainía (Sudeste), limítrofe com o Brasil. O militar indicou que, segundo as declarações de Pinheiro, este fazia parte da frente 16 das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) há um ano e meio e foi recrutado à força. Pinheiro também confessou, acrescentou o general, que nessa frente do grupo rebelde – que opera nos departamentos de Vaupés e Guainía, fronteiros com o Brasil –, seu comandante, Tomás Molina (aliás, 'O Negro Acácio'), tem recrutado vários brasileiros e venezuelanos. Segundo o Exército, 'O Negro Agácio' protege o chefe do narcotráfico brasileiro, Luiz Fernando Da Costa, mais conhecido como Fernandinho Beira-Mar, com quem troca cocaína por armas. Há mais de um mês o Exército colombiano antecipa nessa região do país a chamada Operação Gato Preto, que tem o propósito de dismantelar a rede de tráfico de cocaína por armas que na fronteira estabeleceram o comandante guerrilheiro e Fernandinho.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Em 21 de março passado, as autoridades colombianas capturaram em um luxuoso apartamento ao norte da capital colombiana Elizete da Silva Lira, esposa legítima do chefe brasileiro, a qual era procurada, mediante uma ordem internacional de prisão, por delitos de narcotráfico e contrabando de armas."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão aqui todos os ingredientes que se faziam necessários, digamos assim, para que, amanhã, a Amazônia brasileira esteja igual à Amazônia colombiana: o contrabando de minérios estratégicos, a exploração dos índios mediante o pagamento vil e ilegal pelas instituições não-governamentais e também a atuação da guerrilha colombiana dentro do nosso País, com o recrutamento à força, segundo o próprio jornal, de brasileiros.

É preciso que estejamos alertas. É preciso, efetivamente, que a questão indígena no País não continue sendo tratada como se fosse algo imaginário, um sonho distante de uma realidade cruel, que é a exploração dos índios pelos contrabandistas – disfarçados, no caso, sob a capa de uma ONG, que explora minerais estratégicos – e, ao mesmo tempo, o seu abandono pela Funai e pelo Governo Federal, entregues que estão ao tracoma, uma doença tratável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio à total ausência do Estado brasileiro naquelas regiões, por dever de justiça, devo relatar – porque estive, há pouco tempo, naquela região, acompanhando uma comitiva de Parlamentares, 11 Deputados e alguns Senadores, entre os quais a Senadora Marluce Pinto e o Senador Bernardo Cabral – que a única presença brasileira efetiva, que trabalha, de fato, para guardar nossas fronteiras e manter a brasilidade naqueles rincões é o Exército brasileiro.

A Polícia Federal, é verdade, tem feito um esforço sobre-humano para realizar seu trabalho, como, por exemplo, o de apreender carga ilegal de minérios, inclusive estratégicos, como foi noticiado. É muito pouca gente na Polícia Federal para dar conta da imensidão daquelas fronteiras. Em Surucucus, nessa mesma viagem que fizemos com o Comandante Militar da Amazônia, vimos o Posto da Polícia Federal fechado. Não havia ninguém, porque não é possível manter permanentemente o pessoal nessas regiões, que estão escancaradas ao contrabando de minérios, ao narcotráfico, ao contrabando de armas e, portanto, vulneráveis às guerrilhas, que, comprovadamente, já estão recrutando pessoas à força.

Trago mais essas denúncias para chamar a atenção da Funai, do Ministério da Justiça e do Presidente da República no sentido de que é preciso, de maneira enérgica, mudar o rumo da política indigenista no País e, principalmente, fazer uma verdadeira operação pente-fino naquelas instituições que atuam livremente na região amazônica, aproveitando-se dessa liberdade para cometer atos ilícitos como os que aqui relatei.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU DISCURSO.

Pronunciamento Completo

Casa: Senado **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da **Data:**
Federal Frente Liberal /RR) 09/04/2001

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos temas muito tratados pela mídia nacional diz respeito à preservação da cultura, à preservação dos nossos índios. No entanto, é interessante observar que, quando se trata efetivamente de defender nossos índios, não vemos ações concretas, seja por parte dos órgãos encarregados de fazê-lo na esfera federal, seja até mesmo por certas instituições que se intitulam, constantemente, defensoras dos índios, de seus valores, de suas vidas.

Sr. Presidente, quero ler aqui uma matéria publicada no jornal **O Globo**, de 30 de março, sob o título "Índios ianomâmis vão processar governo dos Estados Unidos. Objetivo é evitar uso de material genético sem autorização".

Diz a matéria:

Os índios ianomâmis vão mover um processo judicial contra o governo dos Estados Unidos por uso indevido de material genético coletado na comunidade sem o seu consentimento. A ação está sendo preparada pela Comissão Pró-Yanomami, formada por antropólogos e indigenistas brasileiros. A entidade impediu recentemente na justiça americana a tentativa de um empresário de se apropriar da marca "yanomami.com".

O objetivo da nova ação é impedir, entre outras formas de exploração indevida, o patenteamento de material genético ianomâmi. Os índios, segundo a comissão, foram usados como cobaias e muitos morreram em consequência de experiências financiadas pelo governo americano.

Sr. Presidente, é interessante até repetir esta frase: "Os índios, segundo a comissão, foram usados como cobaias e muitos morreram em consequência de experiências financiadas pelo governo americano".

Essa denúncia veiculada pela Comissão Pró-Yanomami é da maior gravidade. Contudo, do dia 30 de março para cá, não vi posicionamento algum de autoridade brasileira, seja da Funai, seja do Ministério da Justiça.

Diz mais o artigo: "Os ianomâmis estudam também pedir reparação por danos causados pela coleta de amostras de sangue".

Então, uma entidade financiada pelo governo norte-americano estava não só fazendo experiências que, segundo essa denúncia, resultavam na morte de muitos índios ianomâmis, como também estava coletando sangue sem que os índios tivessem conhecimento do que se tratava e para que se tratava.

E prossegue a matéria: "A Presidente da Comissão, a antropóloga Alcida Rita Ramos, disse que até mesmo o Projeto Genoma precisa de acordo prévio para utilizar o material dos ianomâmis. As amostras de sangue estão nos laboratórios das universidades da

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Pensilvânia e de Michigan, sendo utilizadas para novas pesquisas pelo Human Diversity Genome Project."

Portanto, é uma denúncia seriíssima, que esperamos seja apurada pela Funai e pelo Ministério da Justiça, principalmente; mas o Congresso Nacional não pode permanecer alheio à denúncia.

Continua o artigo do jornal **O Globo** :

– Vamos impedir todo tipo de uso indevido ou sem acordo prévio – disse Alcida.

Ela participou do fórum "Ciência, ética e poder", promovido pelo programa de doutorado em Antropologia e História da Universidade de Michigan (EUA), no início deste mês. O fórum discutiu a repercussão internacional da pesquisa realizada pelo geneticista e pesquisador daquela universidade, James Neel, com os ianomâmis, nos anos 60 e 70. A pesquisa foi financiada pela Agência de Energia Nuclear dos Estados Unidos.

Ora, Srs. Senadores, uma matéria como essa, publicada num jornal de grande conceito e circulação como o jornal **O Globo**, que diz claramente que os índios ianomâmis estão sendo utilizados como cobaias, sendo que vários deles morreram em virtude de experiências, e mais, que o seu sangue, obtido de maneira no mínimo fraudulenta, encontra-se em instituições e universidades norte-americanas sem o consentimento prévio dos índios nem, esquisitamente falando, da própria Funai e do Ministério da Justiça, é realmente de estarrecer. A nossa Amazônia, onde se encontram os índios mais primitivos – digamos -, está sendo invadida e servindo de palco para experiências as mais diversas.

Então, Sr. Presidente, ao fazer este registro e pedir sua transcrição nos Anais do Senado, espero que V. Ex^a oficie ao Ministério da Justiça, a fim de obter esclarecimentos sobre tão grave denúncia, que não pode passar em branco, como vem sendo, desde 30 de março passado.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a tem toda a razão. Aliás, venho observando a sua atuação e vejo que V. Ex^a está muito preocupado. V. Ex^a é um Senador que, representando Roraima, tem mostrado uma grande preocupação com assuntos que atentam contra a soberania nacional e, no caso, atentam até contra a dignidade do ser humano. Os nossos índios são os primeiros habitantes; temos o dever e a obrigação de defendê-los. Não podemos permitir que eles sirvam de cobaia, de instrumento para experimentação científica. Há uma exploração política do índio brasileiro, feita pelas potências mais avançadas do mundo, que utilizam e mencionam os nossos índios, dizendo agir em sua defesa, quando, em verdade, estão interessadas na riqueza do solo brasileiro. Essa é a verdade. É isso que está acontecendo, por exemplo, na Região Amazônica, segundo denúncias que ouço da tribuna do Senado da República e leio nos jornais. E agora V. Ex^a traz à tribuna denúncias apontadas por jornais de que os índios estão sendo cobaias para experimentação científica. Isso repugna a consciência nacional.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Parece que a ambição dos países mais ricos e poderosos chega a esse ponto. Isso, positivamente, merece nossa repulsa, e V. Ex^a faz bem em solicitar essas informações.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando Deputado, na década de 80, fiz uma denúncia – baseado em informações que recebi de um funcionário da Funai, que obviamente não podia se identificar – de que estavam sendo feitos testes entre os ianomâmis. Inclusive ele tinha conhecimento de que estavam sendo testadas vacinas contra a malária – portanto, uma vacina experimental – entre os índios ianomâmis. E agora, duas décadas depois, vê-se uma instituição, uma ONG, denunciando claramente que houve experimentação, que os índios serviram de cobaias e que, em função dessas experiências, vários deles morreram.

Há décadas, portanto, organismos internacionais vêm atuando entre os nossos índios não só para mapeá-los do ponto de vista geográfico, mas também para utilizá-los de maneira cruel. Os índios estão servindo de cobaias. Estão buscando entre os índios ianomâmis, que ainda são primitivos, uma forma de experimentar vacinas em pessoas que ainda não sabem reagir, defender-se.

Aproveito para trazer essa matéria publicada no jornal **O Globo** para que sejam adotadas providências sobre algo que vem sendo feito há muito tempo.

Sr. Presidente, há os índios ianomâmis, ainda primitivos, mas que já têm contato com a chamada civilização branca. Há também os índios makuxis e wapixanas, que residem nas regiões leste e norte de Roraima e que já estão aculturados, integrados à comunidade; são servidores públicos, comerciantes, enfim, pessoas que tem um dia-a-dia igual ao da comunidade onde residem. No entanto, também não querem abrir mão de sua cultura, de suas tradições.

Sr. Presidente, foi publicada em jornal outra denúncia versando sobre índios antropologicamente mais civilizados:

Líder Indígena denuncia que sofre ameaças de morte.

O líder indígena na região do Surumu, Miracélio Peixoto, juntamente com sua mulher, Laiza de Souza Peixoto, estiveram ontem na redação do BrasilNorte para denunciar que estão sofrendo ameaças de serem mortos e expulsos da própria casa, no entroncamento de Surumu, reserva indígena de São Marcos.

Peixoto reclamou que, enquanto deveria estar recebendo apoio de entidades como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Meio Ambiente (Ibama), Igreja Católica e algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), como a TWM, que se dizem defensoras dos índios, fazem o contrário: incitam uns contra os outros, pressionam aqueles que não compactuam com o que chama de indiferença e preconceito.

O indígena denuncia que está sendo vítima de calúnia e difamação, sofrendo agressões verbais e físicas, pelos próprios índios ligados às entidades que não o apoiam, que tentam impedi-lo de trabalhar.

Isso porque ele e sua família moram num entroncamento de grande movimentação, mantêm um pequeno comércio do qual sobrevivem, mas já tiveram sua casa invadida várias vezes por índios que tentaram tirá-los à força.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

"Estou denunciando para mostrar ao povo de Roraima o que realmente está acontecendo e pedir das autoridades providências urgentes, pois nem mesmo nós, índios, estamos tendo o direito de morar no que é nosso, pois a Igreja e as ONGs pedem demarcação de terras, mas não para nós", critica.

Por isso, Miracélio Peixoto declara que ele, juntamente com todas as lideranças e comunidades indígenas ligadas às entidades como a Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas (Alidicir) e Arikon são veementemente contra a demarcação contínua, exigindo urgência na definição da demarcação em ilhas.

"Quero aproveitar e dizer que estou recebendo total apoio da Alidicir, Arikon e Sodiur, enquanto que as outras entidades que procurei negaram ajuda e ainda estão usando tuxaus de outras comunidades para me ameaçar e agredir", desabafa.

Ora, Sr. Presidente, vemos aqui duas denúncias diferentes. De um lado, uma ONG denunciando que os índios ianomâmis – os índios mais primitivos existentes na Amazônia – estão sofrendo esse tipo de exploração por parte de instituições internacionais – do Governo dos Estados Unidos. De outro lado, há também instituições não-governamentais que estão colocando índios contra índios; os que não concordam com algum tipo de procedimento são perseguidos ou ameaçados pelos próprios índios que são manipulados por outras instituições.

Vejam como a política indigenista do País está entregue realmente ao deus-dará. Não existe uma orientação, uma fiscalização eficiente e muito menos a preocupação com um problema tão sério como esse.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, concede-me V. Ex^a mais um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Tenho a mesma preocupação que V. Ex^a. Sou um homem preocupado em defender os primeiros habitantes do nosso País. São as pessoas que os portugueses encontraram no Brasil quando aqui chegaram. Por um lado, V. Ex^a trata da questão da demarcação de terras, assunto que me preocupa, porque a segunda maior população indígena está no Estado do Mato Grosso do Sul. Categoricamente, defendo que os índios têm de ter um pedaço de chão, deve ser-lhes reservado um pedaço de chão. Eles não podem ficar a esmo, peregrinando, sem ter um pedaço de chão para morar, trabalhar, cultivar, plantar. Os índios das mais diversas tribos precisam de um pedaço de chão, inclusive para continuar a cultivar seus hábitos, suas tradições, suas culturas. V. Ex^a põe o dedo na ferida porque não existe uma política indigenista no País. Isso está ao deus-dará. Está para surgir quem implemente uma política que coloque verdadeiramente as coisas nos seus devidos lugares. No meu Estado, por exemplo, há vários problemas de terras. Há terras amplamente consolidadas, com títulos de mais de 50 anos que, todavia, estão ameaçadas. Com isso, o setor produtivo do Estado fica parado. No Estado do Mato Grosso do Sul, há os sem-terra invadindo as propriedades, o não cumprimento das ordens judiciais não são cumpridas. De outro lado, quase todo o território se encontra ameaçado com demarcação de terra. Como se vai ter tranqüilidade para trabalhar e produzir? Fico-me perguntando se é tão difícil demarcar um pedaço de

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

chão para se dar aos índios. Aqueles que são proprietários vivem atormentados. Recebo apelo veemente e procuro as autoridades competentes, com a finalidade de evitarmos um conflito, de acertarmos a questão, pois é hora de anteciparmo-nos; e em vão, nada é feito de concreto. Então, fica aquele clima indesejável, porque o conflito existe. Também há ameaça constante da parte do índio, que, não tendo terra, quer invadi-la, julgando que lhe pertence. Há bastante terra para ser distribuída, basta que haja uma política para atender aos dois lados: para preservar a cultura indígena e para que haja paz, e todos possam trabalhar e produzir. Pedi outra vez aparte a V. Ex^a porque este assunto também diz respeito ao meu Estado, Mato Grosso do Sul: lá, recebo índios, donos de terras e todos estão muito inquietos com a situação vigente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Ramez Tebet, agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero terminar meu pronunciamento abordando, Senador Tebet, justamente a questão da demarcação de terras indígenas.

O que vimos aqui? A denúncia de uma organização não-governamental de que os índios ianomâmis estão sendo vítimas de experimentos, sendo cobaias e que vários deles morreram. E mais, que o material genético coletado irregularmente, amostras de sangue deles, está em universidades americanas. Por outro lado, vimos um índio denunciando e reclamando proteção; diz estar sendo ameaçado por outros índios que pertencem a outra organização não-governamental, quer dizer, trata-se já de uma briga intra-étnica.

Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar meu pronunciamento referindo-me a um recente artigo publicado pelo ex-Ministro Jarbas Passarinho, cujo título é: "O ministro e a terra ianomâmi". O ex-ministro, em resposta ao Ministro Geraldo Quintão, que esteve no Estado de Roraima, deu uma declaração de que S. S^a considerava que a forma como foi demarcada a terra ianomâmi foi no mínimo uma leviandade, porque foi demarcada com pressa e de maneira errada. O ex-Ministro Jarbas Passarinho, para responder ao Ministro Quintão, aproveitou-se do seu artigo e disse, ao final do seu arrazoado, que era Ministro da Justiça na época e que foi S. S^a quem assinou a portaria demarcando a terra indígena:

Não me surpreende a leviandade de políticos de Roraima ao dizerem que não observamos "nenhum critério na demarcação feita só olhando o mapa". É que os políticos sabem que os índios não votam..."

Ora, Sr. Presidente, o ex-Ministro Jarbas Passarinho me autoriza a também chamá-lo de leviano ao dizer que os políticos de Roraima são levianos, porque, no mínimo, comete a leviandade de colocar todos no mesmo nível – e aqui quero, inclusive, defender a todos os políticos de Roraima, já que S. S^a me incluiu no contexto de todos –, porque leviandade é fazer uma afirmação dessas quando nenhum político de Roraima tinha se manifestado, e sim o Ministro Geraldo Quintão.

Nós, sim, temos legitimidade para discutir essa questão – e, aliás, qualquer demarcação de terras indígenas e de reserva ecológica deveriam ser no mínimo fruto de debate no Senado, que é a Casa que representa os Estados. Isso implica tornar da União, as terras que deveriam ser ou são do Estado.

Da mesma forma, como não quero colocá-lo no mesmo "saco" e dizer que ele pertenceu ao regime de exceção, que ele pertenceu à ditadura, eu também gostaria que ele tivesse o mesmo respeito quando falasse dos políticos de Roraima.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Repilo, portanto, a afirmação do ex-Ministro Jarbas Passarinho, e concluo dizendo, Sr. Presidente, que, nesta questão indígena, o Brasil precisa ter rumo e comando.

Pronunciamento Completo

Casa: Senado Federal **Autor:** MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - Partido da Frente Liberal /RR) **Data:** 02/02/2001

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao longo desses dois anos de mandato como Senador pelo Estado de Roraima, tenho feito sucessivas denúncias a respeito da atuação de organizações não-governamentais em todo o Brasil, mais especificamente na Amazônia e no Pantanal. Porém, ressalto a intensidade com que algumas organizações, de maneira muito especial, atuam em relação à questão das reservas indígenas e ecológicas na Amazônia, a ponto de, em alguns Estados, como no meu, áreas pretendidas pela Funai atingirem 57% da área do meu Estado.

As áreas destinadas às reservas ecológicas, aos parques ambientais, parques nacionais e outros, complementam esse quadro, restando, portanto, de área livre para o Estado de Roraima apenas 12% da sua área territorial. Não é diferente no Amazonas, um Estado que tem 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados e que possui atualmente 21% da sua área pretendida apenas para reservas indígenas, fora as reservas ecológicas, ambientais, etc.

Na verdade, se observarmos sob uma luz isenta essa questão, temos que fazer pelo menos alguns comentários. Primeiro: o comando dessas organizações não-governamentais, que hoje dominam as questões indígena e ambiental no País, tendo à frente o **Greenpeace**, a WWF e outras subsidiárias na região, causa realmente algum espanto. Porém, mais do que nessa área ecológica, ambiental, indigenista, de repente, como brasileiros, ficamos muito admirados de ver como os países que dominam o mundo, o chamado G-7 - que nos seus países acabaram com o meio ambiente - continuam produzindo poluição de maneira assustadora, a ponto de países industrializados, como os Estados Unidos, não assinarem e não executarem as decisões da Declaração de Kyoto. Mas, no Brasil, de repente, viraram os patronos, os benfeitores e os zelosos guardiães das nossas florestas, das nossas reservas minerais e dos nossos indígenas. Não vejo esse tipo de cuidado com outros problemas. De repente, em um sistema financeiro e de poder político, nos quais o único idioma é o inglês, essas instituições não-governamentais querem fazer com que os nossos índios continuem falando o tupi-guarani, o macuxi e o wapixana, que não servem nem para eles mesmos se entenderem.

E o mais grave, Sr. Presidente, além dessas instituições que comandam órgãos federais como a Funai e o Ibama, fora dessas áreas institucionais existem organizações que estão atuando à sorrelfa, inclusive comprando terras, conforme denúncias existentes no Pará. Em Roraima, houve a constatação de que uma organização não-governamental, intitulada Amazônia, comprou, de posseiros e ribeirinhos, no sul do meu Estado, uma área equivalente a 172 mil hectares - pelo menos é a área registrada no cartório do Amazonas. É interessante que eles compraram terras em Roraima e foram registrá-las no

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

Estado do Amazonas, fugindo de qualquer tipo de controle dos cartórios do Estado de Roraima.

A Assembléia Legislativa do Estado fez uma CPI, constatou essas irregularidades, denunciou-as, recomendou providências e até hoje nenhuma providência concreta foi de fato tomada por parte do Ministério Público Federal ou Estadual.

Ano passado, apresentamos um requerimento no qual solicitávamos uma CPI das ONGs, justamente para identificar ONGs sérias, que tratam, por exemplo, da questão da criança e do aidético e aquelas que se interessam muito pela biodiversidade da Amazônia, pelos minerais, pela água e que estão camufladas.

Recebi, Sr. Presidente, do Promotor de Justiça Substituto de Roraima, uma correspondência denunciando, claramente, que, na região do Rio Japueri, a Associação Amazônia, ONG dirigida por um argentino e por um italiano, além dos 172 mil hectares que já "comprou" de posseiros, está forçando os moradores que ainda não lhe venderam suas terras a saírem de lá.

Diz S. S^a:

Sr. Senador,

Apraz-me cumprimentar V. Ex^a, ao tempo em que, conhecendo seu trabalho em defesa dos interesses da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, encaminho cópias de denúncias de ribeirinhos noticiando que a **Associação Amazônia** vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do **Rio Juaperi**, impedindo que os mesmos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Na oportunidade, informo que as referidas denúncias ocorreram por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante ao Baixo Rio Branco, período de 13 a 25 de novembro de 2000, e que já foram expedidos ofícios solicitando providências junto à Procuradoria da República e à Polícia Federal no Estado de Roraima.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de alto apreço e distinta consideração.

Ricardo Fontanella

Promotor de Justiça Substituto

S. S^a anexa várias declarações dos ribeirinhos a respeito e, por fim, dá notícia de um cidadão francês chamado Cedric de Giraudy Du Grey, portador de visto de turista e passaporte da Comunidade Européia, que estaria filmando na região com equipamento profissional, com certeza para vender seu trabalho às televisões européias e norte-americanas, tirando, portanto, de maneira pirata, uma coisa que poderia, inclusive, render dividendos para aqueles moradores.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT - AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT - AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, qual é a titularidade das terras ocupadas por essa ONG? V. Ex^a disse que essa organização teria comprado as benfeitorias dos posseiros. As terras estão registradas, no Incra, como

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

propriedade dessa ONG? Essas terras são de domínio dessa organização? O que a CPI realmente apurou? Essa ONG exerce atividade econômica na área, ou diz apenas que a utiliza como reserva ambiental? Realmente, não conheço o problema em toda a sua extensão e gostaria que V. Ex^a me esclarecesse, porque isso nos preocupa, a nós, do Amazonas, tanto quanto aos roraimenses.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Senador Jefferson Péres, a CPI da Assembléia Legislativa do Estado constatou que essa organização apenas registrou os recibos de compra das terras num cartório no Amazonas, mas não o fez no Incra. Portanto, toda a operação foi feita de maneira duvidosa. Não há registro certo, por exemplo, da origem dos recursos para a aquisição dessas terras, assim como a respeito da sua utilização, que, segundo a organização, seria para a preservação do meio ambiente.

É de se admirar, Sr. Senador, que, tendo o Ibama várias reservas ecológicas ambientais em Roraima, essa instituição "compre" terras justamente numa área incluída nos 12% que, como eu falei, restam ao Estado, e, de posse do seu registro, esteja coagindo os moradores, ribeirinhos e extrativistas, que não lhes venderam as suas terras.

Portanto, essa denúncia, feita por um Promotor de Justiça, é muito séria porque se, por um lado, essas instituições forçam o Governo Federal, por intermédio da Funai, do Ibama, etc, a fazer grandes reservas, de maneira a inibir qualquer tipo de desenvolvimento sustentado naquela região, como está na moda dizer, agora, paralelamente, fazem esse tipo de ação nefasta. Há pouco tempo, li no jornal que, de maneira semelhante, foi feita a aquisição de uma gleba enorme no Pará, mas estou, especificamente, trazendo a documentação de uma autoridade com fé pública, um Promotor de Justiça Substituto do Estado, que, ao fazer uma viagem da Jornada da Justiça Itinerante, constatou essa realidade.

Ao registrar mais essa denúncia no Senado, quero pedir ao Governo Federal que tome providências, porque, no âmbito estadual, o Promotor já está começando a fazê-lo. Como o Senado representa os Estados e cuida de lhes dar condições de se defender nessas ações, inclusive no caso de entidades estrangeiras, é preciso que instalemos a CPI das ONGs, o que, infelizmente, não ocorreu no ano passado, para que se façam um raio x e um diagnóstico preciso, regulamentando-se a ação dessas instituições no País.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT - AM) – Complementando, congratulo-me com V. Ex^a por haver renovado o requerimento de criação da CPI, porque está em tempo de se separar o chamado joio do trigo. Existem ONGs realmente sérias, existem ONGs de picaretagem e existem ONGs a serviço de interesses que não sabemos quais são. Creio que a Comissão Parlamentar de Inquérito servirá para fazer essa separação e isso será muito útil para todo o País, mas principalmente para a nossa Região. Parabéns pelo seu novo requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) - Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ademir Andrade (PSB - PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) - Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB - PA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, entendo que a maioria das ONGs que conhecemos é formada por pessoas que têm bons propósitos e preocupam-se com a distribuição justa da riqueza mundial e a preservação do meio

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

ambiente, merecendo o nosso respeito e toda nossa consideração. Exceções existem, é claro, mas, na sua maioria, essas entidades são altamente respeitáveis. No entanto, acredito que alguma delas cometem excessos quanto ao seu conhecimento técnico a respeito de determinadas matérias, ou quanto a sua visão política, como, por exemplo, ocorre com as ONGs que, hoje, manifestam-se contra a implantação da hidrovía Araguaia/Tocantins, ou o asfaltamento da Transamazônica e da Rodovia Santarém/Cuiabá, entre tantas outras obras na Região Norte, na nossa Amazônia. Creio que uma decisão do Governo seria uma forma muito mais simples e fácil de resolver todos esses problemas. Primeiramente, as ONGs deveriam trabalhar nesse sentido, porque, da forma como atuam, terminam tendo contra si toda a sociedade. No momento em que uma organização não-governamental, por melhores propósitos que possa ter, se manifesta contra a conclusão da hidrovía Araguaia/Tocantins, o asfaltamento da Santarém/Cuiabá ou da rodovia Transamazônica, ela coloca contra si todos os moradores da região. As ONGs deveriam somar-se a nós e ao interesse do povo, exigindo do Governo uma posição definitiva sobre as suas questões. Por exemplo: por que no Governo de Fernando Henrique, e em todos os Governos que o antecederam, até hoje não se concluiu a demarcação das terras indígenas? Por que as organizações não-governamentais, assim como nós, não exigem do Governo o cumprimento da determinação Constitucional, para que se demarquem, de uma vez por todas, as reservas indígenas do nosso País, impedindo qualquer tipo de acesso a essas áreas por parte dos exploradores, tanto dos de madeira como dos de minerais, a não ser por consentimento dos próprios índios ou da Funai ou pelo que é permitido por lei? O segundo ponto é o seguinte: se queremos preservar, temos que determinar o que e o quanto preservaremos. Se entendermos que as reservas florestais nacionais existentes são poucas, em primeiro lugar temos que vigiá-las e protegê-las. Além disso, há necessidade de um maior número de funcionários do Ibama para desempenhar tal função, assim como é preciso obter os recursos federais necessários para o efetivo cumprimento da lei. Mas com isso o Governo não a cumpre! Em segundo lugar, se é pouco o que já está preservado, por que não criamos mais reservas florestais? Por que não fazemos um debate sobre a matéria a fim de tornarmos reserva aquilo que essencialmente precisa ser tido como reserva na Amazônia? O Governo – desculpem-me a expressão – age de maneira imbecil e inconseqüente ao modificar leis. Por exemplo, hoje, o proprietário rural tem que preservar 80% de sua propriedade. Nunca vi algo tão idiota e imbecil quanto isso! Como que, em uma área de 500 hectares, 400 hectares serão preservados e apenas 100 hectares poderão ser trabalhados? Então, se existem áreas que precisam ser preservadas, vamos defini-las e não transformá-las em peneiras, a exemplo do que ocorre na Amazônia, onde cada proprietário tira um pedaço de sua área. Isso tem ocorrido até nos assentamentos rurais do Ministério da Reforma Agrária. Num assentamento, o Governo deveria determinar a área comum, que seria preservada e pertenceria a todos os assentados, cabendo a cada um explorar o total de sua área. No entanto, o Governo permite que cada um explore uma parcela e, no final, faz uma peneira na floresta, acabando com a flora, a fauna. O Governo age erradamente, e as organizações internacionais não compreendem qual é a saída. Talvez esses erros ocorram por desconhecimento sobre a matéria e por falta de vivência prática na nossa região. Creio que essas ONGs deveriam se somar aos interesses da sociedade brasileira, do povo trabalhador que vive na Amazônia. O Governo

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

deveria demarcar definitivamente as terras indígenas, preservar as reservas florestais e até ampliá-las se necessário fosse. O Governo não deveria criar essas leis idiotas, que, na verdade, não são respeitadas, como é o caso da recente medida provisória que se transformou em lei e que determina que o proprietário deve preservar 80% da sua área. Ninguém respeita isso. Além do mais, o Ibama não tem condições de fazer essa fiscalização na nossa Amazônia, até porque se trata de um órgão falido, sem recursos e com poucos funcionários. O Governo fala tanto em meio ambiente e não cumpre com suas obrigações! Hoje fiz um discurso sobre as eclusas de Tucuruí. O Governo barrou um rio e não permite a procriação dos peixes, porque os que estão a jusante não podem ir a montante. Faz quinze anos que esse rio foi barrado. No entanto, a lei proíbe o barramento de qualquer curso d'água no nosso País. O Governo descumpriu a lei e até hoje não fez as eclusas de Tucuruí. Penso que as ONGs pecam por excesso, por desconhecimento e por falta de tática e estratégia de luta nos seus propósitos. Ressalvo que os seus propósitos são, na maioria, importantes e merecem nosso respeito. Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) - Senador Ademir Andrade, defendendo a instalação da CPI das ONGs. Concordo com V. Ex^a no sentido de que a maioria dessas organizações não-governamentais efetivamente tem bons propósitos. Trata-se daquela velha história: quando a esmola é grande o santo desconfia.

Essas organizações, originadas na Inglaterra e na França, financiadas por corporações internacionais, discursam em defesa do meio ambiente e da causa indígena. Inclusive, chegou-se ao ponto de, no Estado de Roraima, a Funasa, um órgão do Ministério da Saúde, fazer um convênio com uma organização não-governamental ao invés de, por exemplo, celebrar convênio com o Exército, que há muito está nas regiões de fronteira atendendo àquela população.

Mais longe ainda chegaram essas instituições – e aqui vou citar como exemplos o Cimi e o Sine –, que mobilizaram a população indígena do Município de Uiramutã, na fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, no sentido de que não fosse construído ali um quartel do Exército. Vejam V. Ex^{as}: chegamos a esse ponto! E a Nação, muda e surda, assiste ao avanço dessas instituições.

A parceria com a sociedade civil, com o terceiro setor, deve ser feita de forma que os interesses nacionais e o comando da coisa pública estejam de fato nas mãos do Governo. O Governo não pode abrir mão desse comando e entregá-lo a essas instituições, que, como disse V. Ex^a, ditam como e o que se deve ou não fazer em determinadas áreas.

Senador Ademir Andrade, debater e discutir a conveniência ou não do que deve ser feito em determinada região é válido, mas entregar a essas instituições o comando da questão ambiental e indigenista do País, coincidentemente na Região Amazônica, é bastante preocupante, principalmente se olharmos o que está ocorrendo na Colômbia. O descaso do Governo colombiano com a sua Amazônia culminou com o domínio do narcotráfico na região e com o surgimento da guerrilha, misturando-se essas duas facções – guerrilha e narcotráfico –, pois dizem os guerrilheiros que não estão envolvidos. Na verdade, naquele país, há uma balbúrdia, inclusive estimulada por países poderosos, os quais hoje estão comandando a Colômbia e amanhã poderão estar dentro do Brasil, justamente porque estão plantando essa semente da discórdia.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

É preocupante o fato de o Exército brasileiro estar impedido de construir um quartel na fronteira em uma área estratégica – é bom ressaltar que a Venezuela e a Guiana têm uma questão de litígio por uma área de terra na fronteira com o Brasil – tendo em vista uma liminar de um juiz federal.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, não tive o privilégio de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a desde o início. Ouvi a intervenção do eminente Senador Ademir Andrade, quando S. Ex^a abordava a questão das organizações não-governamentais. Pareceu-me que o tema abordado por V. Ex^a foi a necessidade de investigação das ações das ONGs no Brasil. Louve-se a atitude de V. Ex^a! Louve-se a atitude das organizações não-governamentais que se inspiram no desejo e na necessidade da preservação ambiental! Ninguém mais do que os produtores brasileiros se interessa em preservar o meio ambiente. Quem deseja matar a sua "galinha dos ovos de ouro"? Porém, na verdade, é imperativa essa investigação, para saber quais são os interesses efetivos que se escondem nesse escudo de preservação ambiental. Não podemos ficar em atitude contemplativa, verificando o potencial produtivo que tem o País, em razão da preocupação exclusiva em se preservar o meio ambiente. Aliás, a natureza está aí para ser explorada de forma sustentável. E o homem faz parte do ecossistema; ele não pode ser marginalizado. Então, é importante o que V. Ex^a traz para a discussão no Senado. Ainda há pouco, tomamos conhecimento – e fiz um registro nesta Casa sobre o assunto – de um expediente de uma organização não-governamental dirigido a diversas autoridades brasileiras, inclusive ao Ministério das Relações Exteriores, com o propósito de admoestá-las sobre a intenção de ampliar a produção de soja no Brasil e de utilizar os rios como uma modal viária. Ora, o que as organizações não-governamentais estrangeiras têm para poder interferir na autonomia do nosso País? Não vamos admitir isso! Concordo com V. Ex^a e pretendo auxiliá-lo no seu trabalho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

Sr. Presidente, para finalizar, ressalto o registro que fiz acerca da correspondência que me enviou o Promotor de Justiça do Estado de Roraima. Até que enfim alguém da área oficial, do Judiciário pelo menos, toma uma iniciativa concreta ao pedir a apuração do caso! O que se está querendo fazer aqui não é uma prévia condenação de nenhuma organização não-governamental. O que se quer é justamente fazer a investigação, para, como disse o Senador Jefferson Péres, separar o joio do trigo. Creio que devem ter prioridade as instituições efetivamente nacionais, e aquelas estrangeiras que pretendem agir no Brasil que o façam, desde que seja para ajudar e não para assaltar o Brasil, tendo em vista que já há fatos comprovados de biopirataria.

Nesse caso, Senador Jefferson Péres, em Roraima, já existem denúncias de que essa instituição está fazendo contrabando de peixes ornamentais, entre outras coisas.

Precisamos defender a nossa Amazônia, para que não ocorra o que aconteceu com a Amazônia da Colômbia e o que está acontecendo com a Amazônia do Peru.

Portanto, devemos deixar claro que a Amazônia é brasileira e que somos nós que iremos definir quem e de que forma deverá atuar em sua defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PATRI

Relações Governamentais & Políticas Públicas

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**
